

A FESTA DO «AVANTE!» EM SETEMBRO

A Festa do «Avante!» vai realizar-se nos dias 9, 10 e 11 de Setembro no Vale do Jamor. Ao trabalho, camaradas para erguermos a grande festa dos trabalhadores, da liberdade, da paz e do socialismo!

Págs. 2 / 3



Páginas centrais

O povo trabalhador aderiu em massa às grandiosas manifestações nacionais, na defesa dos seus mais legítimos direitos e interesses

As grandes manifestações do dia 22 comprovaram:

A DEMOCRACIA PORTUGUESA SÓ PODE CONSTRUIR-SE COM OS TRABALHADORES

CONVERGÊNCIA TERRORISTA EM RIO MAIOR

1. O PCP acaba de tomar conhecimento com a maior indignação de que a Câmara Municipal de Rio Maior — sob proposta da CAP local e com os votos favoráveis dos vereadores do PPD e do CDS e a abstenção de um vereador do PS — deliberou transformar em feriado municipal o dia 13 de Julho, data que marca o assalto, em 1975, do Centro de Trabalho do PCP naquela vila por um grupo de caceteiros e arruaceiros reaccionários, no quadro do início duma vasta ofensiva terrorista que até hoje soma mais de 500 acções de violência reaccionária.

2. O PCP considera um vergonhoso insulto ao regime democrático e uma inqualificável ofensa a todos os democratas portugueses a decisão agora tomada pelos representantes do PPD e do CDS na Câmara Municipal de Rio Maior de consagrar como feriado uma data que é um símbolo odioso do terror, da violência, da intolerância reaccionária e da violação premeditada das liberdades democráticas conquistadas com o 25 de Abril.

3. O PCP chama a atenção da opinião pública nacional para o profundo significado político do envolvimento do PPD e do CDS neste acto de clara glorificação do terrorismo como método de acção política.

Em 13 de Julho de 1975 conhecidos militantes e simpatizantes do PPD e do CDS convergiam em Rio Maior nos assaltos, nas agressões, nos espancamentos de democratas, no brutal impedimento do exercício dos mais elementares direitos dos cidadãos. Hoje, representantes do PPD e do CDS na Câmara Municipal de Rio Maior, novamente convergem para garantir a celebração anual dos crimes e violências há dois anos cometidos, em atitude de evidente estímulo a novos crimes que noutros pontos do Continente e das Regiões Autónomas continuam impunemente a ser cometidos.

Ao fazê-lo, o PPD e o CDS assumem publicamente a responsabilidade política por tais actos de terrorismo, do que deverão prestar contas ao País.

Em Rio Maior, como em toda a parte onde conseguem ditar a sua lei, a pretensa "Convergência Democrática" do PPD e do CDS revela-se na sua verdadeira face: uma aliança reaccionária voltada contra o regime democrático e constitucional, apostada na liquidação das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

4. O PCP lamenta profundamente que a uma tão grave provocação reaccionária o vereador do PS na Câmara de Rio Maior apenas tenha respondido com uma tímida abstenção.

O PCP está seguro que a esmagadora maioria dos militantes e eleitores socialistas, animados de firmes sentimentos democráticos e antifascistas, não se reconhecem em tal atitude e estão dispostos a fazer frente às provocações e manobras reaccionárias com uma firmeza e combatividade que o voto do vereador socialista está longe de exprimir.

5. Os caciques e reaccionários de Rio Maior, ao decretarem um tal feriado julgam poder manter o seu domínio sobre a população do Concelho pela via do anticomunismo mais grosseiro, como forma de salvaguardarem os seus interesses e privilégios pessoais em prejuízo dos reais interesses, nomeadamente, dos pequenos e médios agricultores da região.

Mas não tardará o dia em que, vencido o medo e o terror, receberão da própria população de Rio Maior a severa e expressiva condenação moral e política que já hoje a consciência democrática do País exerce sobre as suas actividades contra o regime democrático consagrado na Constituição.

Lisboa, 28 de Junho de 1977

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



PRÉMIO LÉNINE PARA O CAMARADA SAMORA MACHEL

Coincidindo com as festas comemorativas do segundo aniversário da Independência da República Popular de Moçambique e o 15.º aniversário da fundação da FRELIMO, a União Soviética atribuiu ao camarada Samora Machel, presidente da República Popular de Moçambique e da FRELIMO, o prémio Lénine da Paz, prémio que é exclusivamente atribuído aos combatentes mais consequentes da causa da liberdade da luta contra o imperialismo, indissociável da batalha pela paz.

Pág. 12

Assembleias do Partido em todo o País

Pág. 5

CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS

Posição em 24 de Junho — totais acumulados

Comissão Coordenadora Central	9 491 363\$10
«Avante!»	1 485 874\$40
O.R. dos Açores	63 213\$70
O.R. do Alentejo	3 415 460\$70
O.R. do Algarve	1 069 095\$00
O.R. das Beiras	2 117 185\$90
O.R. de Lisboa	22 908 154\$60
O.R. da Madeira	71 654\$80
O.R. do Norte	5 965 601\$70
O.R. do Oeste e Ribatejo	3 936 401\$80
O.R. de Setúbal	10 206 823\$20
Emigração	4 102 967\$25
UEC	887 356\$50
UJC	580 896\$70
Por Classificar	480 610\$20

TOTAL 66 782 659\$55

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprovada a lei das incapacidades cívicas com voto contra do CDS e do PPD. Em discussão a lei da greve.

Pág. 4

O GOVERNO TENCIONA VENDER A INDEPENDÊNCIA POR 30 MILHÕES?

1. O PCP tomou conhecimento, com a maior apreensão, das notícias vindas a público, segundo as quais a recente concessão a Portugal de um empréstimo de 30 milhões de contos teria sido acompanhada da imposição de condições extremamente gravosas e lesivas dos interesses nacionais.

2. Com efeito, de acordo com essas notícias, a definição do prazo de reembolso do referido empréstimo ficaria dependente da apresentação por Portugal de um plano de estabilização económica e financeira e da sua apreciação pelo FMI — conhecido organismo de intervenção imperialista.

A eventual rejeição de tal plano pelo FMI implicaria, segundo as mesmas fontes, que Portugal teria de proceder, então, ao reembolso imediato dos empréstimos agora concedidos por um grupo de 11 países.

3. Tais condições, a concretizarem-se, representariam uma escandalosa transferência de poderes de soberania da Assembleia da República para um organismo internacional, que passaria a dispor de fortíssimos meios de pressão e ingerência na vida nacional, colocando o País à mercê da chantagem imperialista no sentido de, ou sujeitar a sua política económica e social às directrizes do FMI ou, sem condições para tanto, ter de solver imediatamente elevados compromissos financeiros.

O PCP exprime a sua convicção de que nenhum democrata e patriota poderá estar de acordo em que o País venha a ser colocado perante uma tão humilhante alternativa.

4. Sem prejuízo de uma próxima posição mais detalhada sobre o assunto, o PCP chama, desde já, a atenção do País para que as referidas condições, a confirmarem-se, representariam uma intolerável ofensa à dignidade, soberania e independência nacionais.

5. O PCP considera, finalmente, que, em matéria de tanta gravidade, o Governo tem a estrita obrigação de informar rapidamente o País, com toda a verdade, das reais condições em que foi negociado o recente empréstimo de 30 milhões de contos.

O PCP insiste em que sobre os destinos de Portugal só aos portugueses compete decidir.

O PCP sublinha, uma vez mais, que a solução dos graves problemas nacionais exige, não a sujeição do País às pressões dos credores imperialistas, mas uma vasta mobilização das energias e recursos nacionais, num grande esforço patriótico para sair da crise e assegurar a recuperação económica, ao serviço do Povo português e da independência nacional.

Lisboa, 25 de Junho de 1977

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Editorial

AS PALAVRAS E OS ACTOS NO DIÁLOGO DEMOCRÁTICO

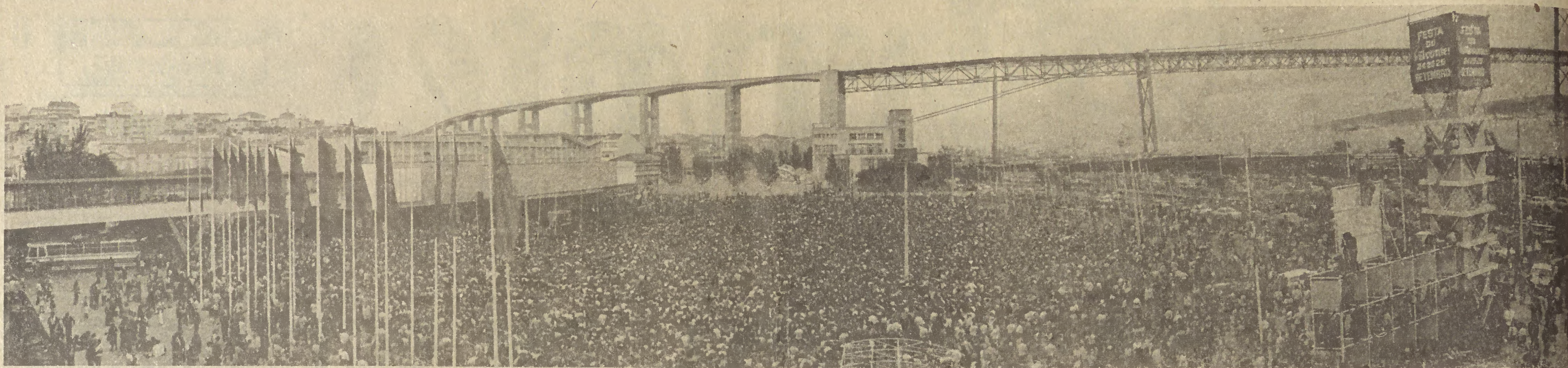
Não são as palavras mas sim os actos que exprimem a verdade duma política. As palavras só têm verdadeiro valor quando comprovadas pelos actos, pela prática.

Quando ouvimos o Primeiro-Ministro fazer simples declarações de intenção quanto à sua política, quando o ouvimos classificar de recuperação económica a política do seu governo e repelir com ênfase as acusações que lhe são feitas de levar à prática uma autêntica política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, não é suficiente que o afirme em palavras — é necessário que o mostre em actos.

O PCP, que precisamente tem formulado tais acusações não o faz por fazer nem por criticismo sistemático à política do Governo. É na apreciação realista e objectiva da prática política do Governo PS que os comunistas portugueses fundamentam as suas acusações e críticas. Que estas não constituem um julgamento leviano demonstram-nos cada dia e das formas mais variadas as classes trabalhadoras do campo e da cidade que sentem na sua carne, no agravamento diário das suas condições de vida, as consequências práticas da política do Governo.

Os slogans, as palavras de ordem do PCP, apoiam-se nas situações concretas engendradas por essa política e não em objectivos de propaganda e agitação.

(Continua na pág. 4)



Vamos arrancar para a Festa do «Avante!»

Vamos realizar a Festa do «Avante!» de 1977.

A data já está marcada: 9, 10 e 11 de Setembro. O local já está escolhido: o Vale do Jamor, junto ao Estádio Nacional.

E com respeito ao local, cumprimos o que prometemos: a área da Festa será este ano quase cinco vezes maior que a do ano passado! Há espaço para mais «stands», mais espaço para circulação e — o que é muito importante — haverá espaço para a imaginação criadora das organizações do Partido, não estaremos confinados dentro de paredes! Na verdade, o terreno, por enquanto, é um vasto parque no qual iremos construir os «stands», os palcos, os restaurantes, as exposições e tudo o mais que queiramos. Está mesmo previsto um grande acampamento! E há árvores e, ainda, mais espaço para além daquele que será utilizado, onde se poderão organizar piqueniques, onde se poderá conversar com a roda dos amigos que lá se encontrou!

A segunda Festa do «Avante!» será ainda mais bela do que a que o esforço dos militantes e organizações do Partido ergueram em 1976. Estamos mais ricos de experiência, o nosso Partido cresceu e, se é verdade que com o novo terreno novos problemas se colocam, verdade é também que novas e belas perspectivas se abrem.

Vamos, portanto, arrancar para a Festa do «Avante!». Festa do jornal de todos os comunistas, de todos os trabalhadores, ela será também a festa do nosso Partido, a festa dos trabalhadores, a grande e fraterna festa popular que já foi e continuará a ser.

Ao trabalho, camaradas! Ao trabalho para a venda das EPs! Ao trabalho para constituição dos organismos executivos para a Festa do «Avante!» em todo o Partido! Ao trabalho para termos ideias, para as pormos em prática!

Ao trabalho para nos encontrarmos e recebermos milhares e milhares de amigos nos dias 9, 10 e 11 de Setembro, no Vale do Jamor, na Festa do «Avante!» de 1977.



Festa popular por excelência, na do «Avante!» não poderiam faltar sem grave dano, concretamente falando, os comes e bebes.

Haverá, por isso, à *discrição*, as faladas barracas onde os petiscos abundam feitos por mãos de camaradas experientes nessa arte de amaciar o estômago e criar ânimo para bem gozar o convívio fraterno e o ar livre de Setembro!

Não falará também com que molhar o passeio que será longo e terá certamente a companhia do sol.

Assim se confraternizará entre amigos, entre camaradas, a exemplo e semelhança do que sucedeu no ano passado!

Mas todos, ainda este ano, conseguiremos chegar às barracas dos petiscos e saboreá-los com tempo. Teremos, para isso, um grande espaço... e um saudável apetite...



A comunicação cultural e política não faltará na Festa. Haverá colóquios. Os trabalhadores participarão. Ninguém irá falar de cátedra, o que nunca foi nosso costume. Ouvir e falar sobre aquilo que acima de tudo nos interessa terá grande lugar na Festa.

Falar-se-á da nossa revolução, do seu caminho, das suas perspectivas. Virão a lume as tarefas de todos os dias, as lutas dos trabalhadores na indústria, na agricultura, nos serviços.

Mas não haverá só colóquios, ou outras sessões do género. A luta dos trabalhadores será ilustrada, através de documentos vivos. A semelhança do ano passado, estarão presentes as grandes realizações da classe operária e dos restantes trabalhadores, as suas lutas e vitórias de ontem e de hoje.

A Festa do «Avante!» não é só isto ou aquilo — é tudo! Durante aquele período diversas são as actividades que se reúnem. Podemos mesmo dizer que a Festa é um mundo. Assim, lá estarão actividades de carácter cultural.

Ideias não faltam e intenções de as porem em prática também não. Entre as diversas iniciativas contam-se as exposições, nomeadamente de pintura, escultura, fotografia, da vida do Partido, etc., etc., que é para não revelarmos tudo por agora...

Deste modo, durante o intervalo de um espectáculo ou enquanto espera por um camarada haverá sempre uma boa exposição para visitar e que nos revela novos factos, novos ensinamentos.

Um pouco por toda a parte do recinto da Festa poder-se-á encontrar iniciativas de carácter cultural. E de as visitar.



Espectáculos. Com a preocupação de não repetir. Mas de aproveitar a rica experiência da festa do ano passado. Vamos assistir, com renovada alegria, às mil facetas da arte de comunicar. Novamente nos vão chegar, dos quatro cantos do mundo, dos variados ramos da vida do espectáculo em Portugal, o que de melhor e de mais vivo se imagina e cria.

Cinema e música, teatro e poemas, o gesto e o canto. Vamos ver e ouvir, vamos participar.

Nomes já conhecidos, nomes novos, um desfile porventura mais rico ainda que aquele que em Setembro do ano passado apreciámos nas já tão pequenas instalações que o abrigaram.

Novos encontros para a nova festa, é o que se prepara para o próximo Setembro. Em palavras, em música, em imagem, em arte, enfim, de comunicar a realidade que vivemos em Portugal e pelo mundo, de comunicar o mundo novo que queremos, o Portugal que queremos.



Há quem diga que os comunistas nunca param. A seguir a uma grande realização vem outra grande realização. E que cada uma delas é melhor que a primeira, visa mais longe, atinge mais longe. É verdade!

Qual o segredo disto? Bem simples.

Reside fundamentalmente no facto de saber tirar lições da experiência, de saber avaliar as capacidades, de saber organizar.

Reside nas organizações do Partido. São elas que quotidianamente organizam o trabalho concreto, canalizam as aspirações das massas. São as células de empresas, todos os seus militantes organizados, que têm, e demonstraram-no, a capacidade de levar à prática as mais importantes iniciativas, as mais variadas, de pôr na prática, planificando e distribuindo as tarefas, de obter os resultados que vimos e que vamos voltar a ver, ainda mais próximos daquilo que a imaginação de todos projecta. São as comissões de bairro e de freguesia, conhecedoras dos problemas locais, intimamente ligadas a esses problemas e aos moradores, que podem mobilizar os milhares de militantes para a grande tarefa que temos de novo entre mãos. São as Comissões Concelhias, com a sua já bem nítida capacidade organizativa e com visão de conjunto, como de sobra temos reparado através das assembleias que por toda a parte têm levado a efeito, que podem planificar a contribuição de cada concelho. E por aí fora. Todo o Partido, organizado, se mobiliza para fazer da Festa do «Avante!» um novo marco na memória colectiva dos trabalhadores portugueses.

Vamos novamente lançarmo-nos ao trabalho. Para realizar outra Festa do «Avante!». Não apenas a segunda. Mas outra. Melhor, que vá ainda mais longe, que alargue o caminho aberto pela primeira, que recolha dessa as potencialidades que foram reveladas, que elimine as deficiências que pudésemos ter encontrado, que permita renovar e abrir novas possibilidades,

que traga ainda mais gente ao nosso convívio, que leve mais além o seu profundo significado de fraternidade.

O espaço de que dispomos este ano é já revelador das amplas possibilidades que se abrem. A experiência de que dispomos permite-nos esperar e trabalhar para que o êxito da Festa deste ano seja superior ao do ano passado.

Êxito que foi devido essencialmente ao esforço, ao entusiasmo, à capacidade criadora das organizações do Partido, à mobilização de muitos milhares de camaradas que trouxeram não apenas o seu trabalho voluntário mas também, e através dele, a imagem de Portugal.

As novas condições, o grande espaço aberto, o ar livre, ao mesmo tempo que abrem novas perspectivas e que permitem imaginar novos aspectos a valorizar, exigem um trabalho mais aturado, um esforço porventura mais despendido a pôr na preparação dos variados aspectos da Festa.

Assim é essencial que sejam rapidamente criadas e postas a funcionar a vários níveis, comissões específicas para que todo o trabalho se possa desenvolver eficazmente. Estas comissões vão iniciar os seus contactos o mais brevemente possível, ao mesmo tempo que se inicia a coordenação.

Organizações houve que não dispuseram de espaço suficiente. Vão tê-lo. Camaradas ouvimos que concluíram rapidamente na Festa do ano passado que tinham imaginado um êxito menos brilhante, que prepararam a sua contribuição em moldes modestos de mais para as solicitações que na Festa lhes foram feitas. É altura de programar cuidadosamente, de aproveitar melhor as novas condições, de suprir desta vez as falhas que apareceram. É altura de aprofundar os contactos com as organizações.

Ao trabalho, pois, camaradas!

9, 10 e 11 de Setembro, no Vale do Jamor

A Festa do «Avante!»



Também há a cidade do Livro e do Disco.

Aqui, como em tantos outros aspectos, a experiência do trabalho do Partido, no tempo que já decorreu, vai sentir-se. Vai sentir-se em volume e qualidade.

As Edições «Avante!» estarão presentes, vão acompanhar a festa que será também a festa da cultura, do saber e da sua divulgação.

O Livro, que a tantos trouxe à luta, que a tantos levou o saber que completa a prática revolucionária, vai acompanhar-nos durante os dias de fraterno e são convívio, dias de festa em que os comunistas celebram, através do seu jornal, o seu Partido.

O Disco, das músicas que cantamos para ajudar à luta, das músicas que ouvimos para engrandecer o sentido da nossa vida, para sublinhar as passagens do nosso caminho para um mundo melhor e mais livre, o Disco estará à nossa espera.

A cidade do Livro e do Disco, ampliada e renovada, está à nossa espera.

Os pioneiros e a juventude, em geral, estarão de novo nesta Festa do «Avante!».

A sua participação na vida do Partido aumenta de dia para dia, razão por que também na Festa a sua presença far-se-á sentir, num contributo indispensável.

Desta vez, com um espaço muito maior e com outro tipo de possibilidades, a sua participação poderá ser maior, alegrando com a sua juventude e entusiasmo a Festa.

Várias iniciativas estão programadas para que durante os três dias que durar a Festa do «Avante!» os mais pequenos e os mais crescidos se encontrem!



A Entrada Permanente (EP) não aumentou de preço

Podia dizer-se que, embora se trate de artigo muito útil e de não figurar em qualquer cabaz, a EP não aumenta desde há um ano!

Com efeito, a EP custava cem escudos e dava direito à Entrada Permanente no recinto da Festa do «Avante!» durante os três dias. Este ano a EP custa os mesmos cem escudos! E dá direito à Entrada Permanente no multíssimo mais vasto recinto onde se vai desenrolar a ainda mais bela e grandiosa Festa do «Avante!».

O cupão numerado continua a ser, deste modo, uma economia para quem quiser aproveitar os três dias da Festa, que não vão ser muito longos para ver e ouvir, para apreciar e participar em tudo o que esta realização nos proporcionará em 9, 10 e 11 de Setembro próximo.

O cupão numerado continua a ser, também, uma fonte de surpresas, pois poderá habilitar o seu possuidor a numerosos e valiosos brindes.

A EP vai estar à venda na próxima semana. Qual a meta que nos vamos propor desta vez? O certo é que devemos começar desde já a encomendar EP's, a mobilizar os nossos amigos e familiares, os nossos companheiros de trabalho, aqueles que foram à Festa do ano passado e aqueles que, por esta ou aquela razão, a perderam. E que não querem perdê-la desta vez.

Quantas EP's consegue um militante vender? A esta pergunta vamos todos responder! Lembrando-nos sempre de que a Festa do «AVANTE!» é a Festa para toda a gente!

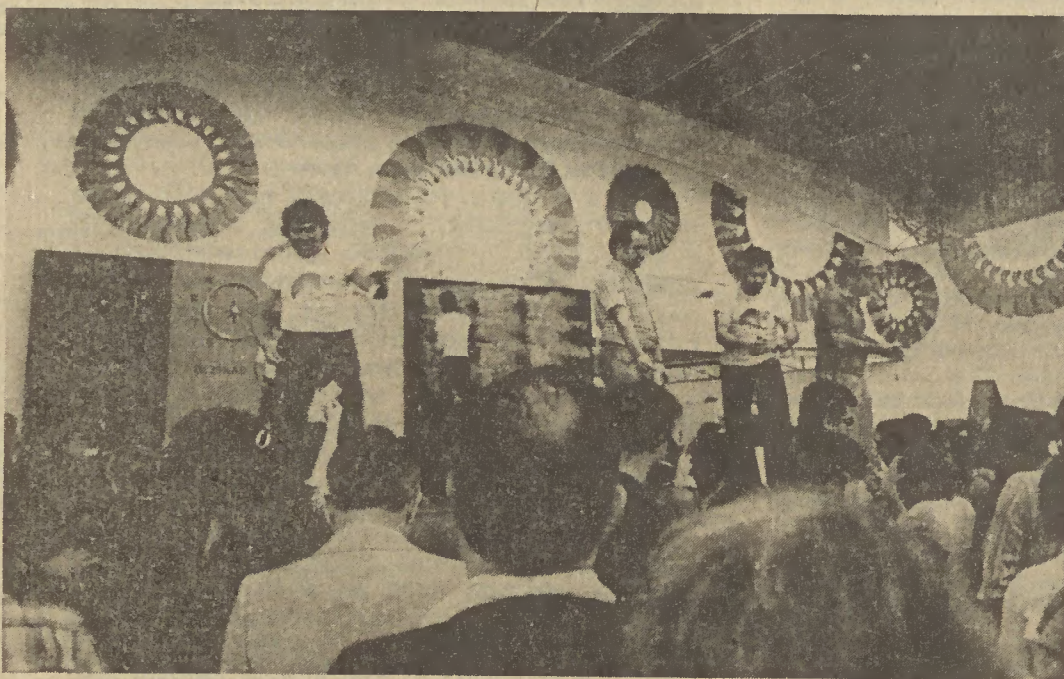
Tômbolas... As rifas... O prazer de levar para casa um objecto útil e com ele, ser duas vezes útil: a quem o ganha e ao seu Partido.

Lá estaremos também para participar nesses jogos populares, tentando a sorte sem ofensa da sorte dos outros.

Será, mais uma vez, apoiar. Apoiaremos a Reforma Agrária, apoiaremos o trabalho abnegado dos milhares de camaradas que participam nas tarefas nacionais e que participarão de corpo e alma na Festa do «Avante!»

Temos o exemplo impressionante do ano passado.

A variedade será um dos lemas. Recusaremos a monofonia! Haverá jogos e diversões para todos os gostos (e surpresas que ainda viremos a contar!).



Desta feita as organizações do Partido terão muito mais espaço para as suas iniciativas. E espírito de iniciativa é o que não falta nas organizações do Partido, como se viu no ano passado em que num reduzido espaço tanto conseguiram fazer.

Camarad@s a serrar, a pregar, a pintar. E de um dia para o outro, num terreno que antes estava despido, aparece coberto de "stands" das mais diversas formas e tamanhos, onde tudo é possível, desde a rifa até ao prato regional mais requintado. É o que vai suceder este ano, ainda melhor.

Sabendo que esta é a sua Festa as organizações do Partido mais uma vez estarão presentes, em força, dando o seu contributo inestimável para o êxito da Festa.

Quem conseguir visitar todo o recinto da Festa do «Avante!» e prestar atenção às mais diversas actividades das organizações do Partido verá que Portugal, todo inteiro, desde os Açores até ao Minho, ali está representado.

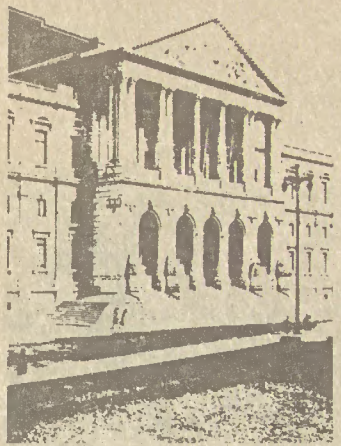


A Cidade Internacional, a cidade do encontro, como lhe chamámos, vai estar aberta ao nosso conhecimento, à nossa curiosidade, sobretudo aos sentimentos de solidariedade e de internacionalismo proletário.

Cidade grande? Diríamos que cidade maior! Vai ser de facto difícil compará-la, a deste ano, com aquela em que milhares e milhares de visitantes desfilaram, entrecrocando-se num espaço curto e fechado durante a primeira Festa que o «Avante!» realizou.

Cidade aberta onde em largos espaços vamos rever os velhos amigos que, vindos dos mais distantes países, já nos trouxeram o testemunho da sua solidariedade e as palavras que contavam as histórias das suas lutas.

Cidade internacional. Onde vamos abraçar o mundo, os camaradas e companheiros de um combate com tantas facetas quantas as realidades diferentes em que ele se desenvolve. Desde a União Soviética, onde se constroem as bases do comunismo, aos países em que o socialismo se edifica, passando pelos daqueles povos recentemente libertos do colonialismo, até aqueles que lutam para que a libertação chegue mais cedo. Cidade Internacional.



Os Comunistas na Assembleia da República

O 1.º aniversário da eleição do Presidente da República



A Assembleia da República aprovou, na sua primeira reunião plenária do período legislativo extraordinário, um voto de saudação ao Presidente da República, General Ramalho Eanes, por ocasião da passagem do primeiro aniversário das primeiras eleições para a Presidência da República.

Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o voto mereceu o apoio dos deputados comunistas que, deste modo e segundo declarou o deputado Carlos Brito, quiseram com esta atitude sublinhar a importância das primeiras eleições presidenciais realizadas por sufrágio directo e universal, bem como a coragem, dignidade e isenção com que o general Eanes tem desempenhado o seu cargo.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP fez ainda questão de sublinhar o apoio dos deputados comunistas ao voto proposto pela bancada do PS, quando é certo que na altura das eleições presidenciais o PCP foi o único partido a apresentar o seu próprio candidato.

É o seguinte o texto do voto aprovado por maioria na AR — apenas votou contra o representante da UDP:

Considerando a importância de que se revestiram as primeiras eleições livres por sufrágio directo e universal do Presidente da República Portuguesa;

Considerando o seu decisivo contributo para a consolidação das instituições democráticas, o respeito pela Constituição e o prestígio de Portugal;

A Assembleia da República, por ocasião do primeiro aniversário das primeiras eleições para a Presidência da República, ao abrigo da nova Constituição, saúda o General António dos Santos Ramalho Eanes, primeiro Presidente eleito pelo povo português, como supremo garante da unidade nacional e dos direitos e instituições democráticas consagradas na Constituição, congratulando-se pela dignidade, coragem e isenção com que tem vindo a desempenhar o seu cargo.

Lei da Greve

Encontram-se em discussão na Assembleia da República, neste período extraordinário de trabalho, três textos diferenciados — da autoria respectivamente do Grupo Parlamentar do PCP, do deputado da UDP e da Comissão de Trabalho — sobre a Lei da Greve.

A discussão conjunta dos três textos iniciou-se na terça-feira. Depois de ter sido lido pelo relator da Comissão de Trabalho, deputado Severiano Falcão, o respectivo relatório e de ter sido anunciado que o Governo retirava da discussão a sua proposta sobre a mesma matéria, coube ao deputado comunista Jerónimo de Sousa iniciar o debate na generalidade, justificando a apresentação pelo PCP do projecto de lei sobre o direito à greve (projecto 24/1).

Depois de ter recordado que o Grupo Parlamentar comunista apresentara esse projecto em Novembro do ano passado e tendo referido, a traços largos, a luta dos trabalhadores por este direito fundamental, Jerónimo de Sousa afirmou a determinado passo:

Consagrando a luta dos trabalhadores portugueses no novo Portugal democrático, a greve como direito económico e social surge expressa de forma bem clara no artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa.

Prosseguindo a sua intervenção, o deputado do PCP salientou:

A regulamentação do direito à greve não se destina — não se pode destinar, num regime democrático! — a regulamentá-la até ao último pormenor, criando uma tela de mecanismos legais que acaba por impedir o seu exercício efectivo. A regulamentação do direito à greve deve, bem ao contrário, visar as condições do seu exercício.

Depois de ter salientado que a greve é o recurso último dos trabalhadores para resolver um conflito que já existe ou está latente antes dela ser declarada, condenando desta forma os que proclamam que a greve é um conflito social grave para o qual é necessário um controlo jurídico apertado, o orador debruçou-se sobre o projecto apresentado pelo PCP:

Por isso, o projecto de lei 24/1 do PCP estabelece as grandes linhas de regulamentação, incluindo justamente normas de garantia do exercício efectivo deste direito. Uma regulamentação que não se paute por estas linhas fundamentais põe em perigo aquele direito fundamental e terá certamente a clara oposição dos trabalhadores.

Mais adiante e salientando outro aspecto importante do projecto lei do PCP — a ligação dos fenómenos do movimento sindical e o da greve — Jerónimo de Sousa referiu:

Esta ligação, a nosso ver, não é necessária porque uma greve pode ser desencadeada a nível mais restrito do que o do sector de actividade, de uma região ou país. Daí que no artigo n.º 2 do projecto 24/1 se reconheça competência para desencadear uma greve não apenas às associações sindicais, mas também aos trabalhadores de uma empresa ou serviço, sempre que a maioria o deliberar, independentemente da maior ou menor implantação sindical.

A prática da vida — prosseguiu o deputado comunista — tem demonstrado que as comissões de trabalhadores e os trabalhadores numa empresa ou serviço têm muitas vezes, de responder imediatamente às prepotências do patronato, que recorre constantemente a despedimentos arbitrários

e à negação das justas reivindicações expressas, muitas vezes, na contratação colectiva, desprezando as resoluções dos tribunais competentes, que actuam geralmente passados muitos meses e até anos.

Depois de ter recordado que muitos processos de greve foram desencadeados em empresas para defesa do aparelho produtivo, dos postos de trabalho, contra sabotagem do alto patronato reaccionário, em defesa das conquistas da Revolução, Jerónimo de Sousa acentuou:

Negar o direito à greve nestes casos não corresponde à prática e aos ensinamentos da luta dos trabalhadores portugueses e seria um grave atentado ao direito à greve, que não poderia deixar de merecer o repúdio e oposição da classe trabalhadora.

Referindo-se ao «lock-out», o deputado do PCP diria que nunca pode ser considerado como direito de resposta do capital, porque isso seria permitir o aumento do poder do patronato em relação aos trabalhadores e um autêntico atentado à liberdade de trabalho. No plano das relações de trabalho, o «lock-out» não tem pois autonomia jurídica, podendo eventualmente adquiri-la apenas enquanto infracção contra a economia nacional.

E acerca desta questão, Jerónimo de Sousa concluiria: Daí que o nosso projecto se limite a proibir, em consonância o estabelecido no texto constitucional.

E a finalizar a sua intervenção depois de ter salientado ser o conteúdo deste projecto do PCP possível graças à experiência do passado e à prática de vida destes três últimos anos, o deputado do PCP disse:

Pela voz dos deputados comunistas a greve, como direito económico-social e político da classe operária e dos trabalhadores foi, e é será defendida. A opção que fizemos não é de hoje nem de ontem; ela foi feita na longa noite da ditadura fascista, reforçada com o 25 de Abril e concretizada nos últimos três anos que passaram.

Que aqueles que num passado recente pareciam ser defensores intransigentes deste direito assumam hoje, a partir de agora, as suas responsabilidades.

Quanto aqueles que na sombra defenderam e defendem os interesses do grande patronato e da reacção no passado e no presente, procurando limitar ou estrangular este direito irrenunciável, provarão definitivamente, ao longo deste debate e nas votações, os seus interesses de classe, geralmente camuflados pelas resoluções de gabinete.

O projecto 24/1 do Partido Comunista Português foi ao encontro da Constituição!

O nosso projecto foi ao encontro da vontade das massas trabalhadoras, sabendo recolher na história do movimento operário e popular os ensinamentos da vida e da luta daqueles que querem e têm de conseguir uma sociedade mais justa e mais fraterna — um Portugal livre, independente e democrático a caminho do socialismo.

MERCADO-FESTA NAS CALDAS

No próximo domingo, dia 3 de Julho, vai realizar-se um Mercado-Festa, nas Caldas da Rainha. Terá lugar no Parque das Merendas, Campo da Mata, a partir das 9 horas da manhã.

Produtos da Reforma Agrária, da UCP de Aviz, peixe fresco de Peniche, vinho de Alparça, louça de Alcobaça, plásticos de Leiria, e alguns dos artigos, produto do trabalho do povo da região, que se podem encontrar e comprar, durante este Mercado-Festa.

Um almoço — feijoadas, um balle com o conjunto Venit e Canto Livre animarão as horas de confraternização de todos os que, decerto, irão participar no domingo nesta realização promovida pela Comissão Concelhia do Partido.

CONVÍVIO NA GUARDA

É já no próximo domingo que se realiza o Convívio Distrital da Guarda do PCP, a efectuar no Vale do Rossim.

Canto Livre e outras iniciativas animarão o convívio, que contará igualmente com a presença das camaradas Domingos Abrantes, membro do Secretariado e Pires Jorge, membro do Comité Central.

UM CONVÍVIO À BEIRA-TEJO

Uma excursão composta por 35 camaradas, funcionários e membros da célula do Centro de Trabalho do Partido de António Serpa, deslocou-se a Alparça, no passado fim-de-semana. Acompanhados de familiares os camaradas visitaram a Cooperativa Agrícola do Mouchão do Inglês.

Depois da visita houve um

convívio junto ao Tejo, integrando-se nele algumas pessoas da terra e ainda José Barata Moura e Luísa Basto. Durante o convívio foi recordado o historial da Cooperativa, desde o tempo em que foi herdado do Estado até que, depois do 25 de Abril, veio a tornar-se um dos exemplos da Reforma Agrária.

Aprovado um diploma que defende a Democracia

A Assembleia da República já aprovou, neste seu período extraordinário, um diploma de muita importância na consolidação do regime democrático. Proposto pelo Grupo Parlamentar do PS, o diploma sobre as incapacidades cívicas contempladas no artigo 308.º da Constituição foi aprovado na passada terça-feira com os votos favoráveis dos deputados do PS e do PCP e a acesa e convergente oposição das bancadas da direita.

Aliás, e ao longo do debate, foi notória o estremo cuidado que os dirigentes direitistas Barbosa de Melo e Amaro da Costa tiveram, conjugadamente, para que o diploma não fosse aprovado.

Conforme referiu o deputado do PCP Lino Lima intervindo no debate, só razões políticas que nada têm a ver com problemas de justiça, de legalidade e de certeza jurídica podem estar na base da contestação que o CDS e o PSD/PPD desencadearam contra o projecto em causa.

Com efeito, a tática convergente dos partidos da direita em procurar trazer para a convivência democrática os grandes responsáveis do regime fascista foi, como se costuma dizer, chão que deu uvas e a argumentação «jurídica» expendida não foi suficiente para esconder os reais interesses que se moviam nas bancadas do PPD e do CDS.

Tendo o líder do PPD procurado defender «os trabalhadores» que iriam ser «vítimas» deste diploma, depressa Lino Lima demonstrou que nos termos do projecto apenas serão abrangidos os seguintes «trabalhadores» dos tempos do fascismo: presidente da República, ministros e secretários de Estado, dirigentes nacionais da União Nacional e da Acção Nacional Popular, comandantes da Legião Portuguesa e dirigentes da PIDE até chefes de brigada!

Como diria Lino Lima, **Incluir esta corja entre os trabalhadores constitui uma grave ofensa aos trabalhadores portugueses.**

O deputado do PCP salientou ainda na sua intervenção: Não se justifica que desempenhem funções públicas durante o período previsto nas disposições transitórias da Constituição — o que é um período em que esperamos consolidar a Democracia — os grandes responsáveis do fascismo — isto é, os fascistas. Não se justifica que continuem a desempenhar importantes funções no aparelho de Estado aqueles cujo passado e cujo presente não garantem que usem dos seus cargos para minar as instituições e sabotar a Democracia.

A defesa da Democracia — concluiu Lino Lima — exige cuidados. Este projecto de lei, esclarecendo uma situação que poderia merecer dúvidas — insere-se no conjunto de cuidados que esta Câmara deverá tomar para defender as instituições.

Editorial

AS PALAVRAS E OS ACTOS NO DIÁLOGO DEMOCRÁTICO

(Continuação da pág. 1)

O PCP tem frequentemente afirmado que a crise em que se debate o País não pode ser vencida ao invés das conquistas da Revolução e dos interesses fundamentais das camadas mais amplas do nosso Povo, em primeiro lugar dos trabalhadores.

Quando o PCP denuncia a política do MAP como um atentado sem nome à Reforma Agrária e um verdadeiro crime contra a economia nacional, contra o direito ao trabalho e ao pão de milhares de assalariados e pequenos agricultores do Alentejo e do Ribatejo, fundamenta-se numa situação de facto que nenhuma demagogia pode encobrir. O duo Barreto & Portas conduz friamente uma ofensiva que visa à destruição das UCP e à entrega aos agrários das terras que antes mantinham incultas e com isso à destruição da própria Reforma Agrária. As violências de Mora e de Montargil mostram até onde estão dispostos a chegar os responsáveis do MAP ao mesmo tempo que procuram estrangular economicamente as UCP numa clara tentativa de fazer render pela fome os heróicos obreiros da Reforma Agrária.

Só nos últimos 10 dias o MAP elevou de 36 para 51 as UCP a que decidiu suprimir o Crédito Agrícola de Emergência e isto significa condenar ao desemprego e à fome mais de 8000 trabalhadores das zonas afectadas pela ofensiva de destruição da Reforma Agrária.

É a isto que o PS chama a sua política de Reforma Agrária, a Reforma Agrária que a Constituição consagra? Como conciliar as repetidas afirmações dos dirigentes do PS, em particular de Mário Soares, em defesa da Reforma Agrária, com o vergonhoso aval ultimamente dado pelo Secretariado Nacional do PS à celerada lei Barreto que o Governo vai pôr à discussão na Assembleia da República?

Quando o PCP alerta para os perigos que ameaçam as nacionalizações, como resultado da política do Governo PS, isso significa que uma das maiores conquistas democráticas do nosso Povo está sob a ameaça das forças negras do passado, de que o 25 de Abril nos libertou. É significativo que pouco após a aprovação da lei que delimita os sectores público e privado, votada na Assembleia da República contra o voto dos deputados comunistas, o Governo tenha nomeado para a direcção da banca nacionalizada mandatários dos Espirito Santo, Quinas, Melos, Champalimauds e outros conhecidos monopolistas e banqueiros que foram os sustentáculos do regime fascista apeado em Abril de 74. O que é isso senão preparar a transferência para os seus antigos detentores das posições mais nevralgicas e decisivas do nosso desenvolvimento económico.

No clima das desintervenções ordenadas pelo MIT este ataque directo contra as nacionalizações é um dos mais claros indícios da política de recuperação capitalista conduzida pelo Governo do PS.

A recuperação das velhas posições na economia portuguesa pelos monopolistas e latifundiários desapossados pela Revolução de Abril é acompanhada pela crescente submissão ao capital estrangeiro. O empréstimo agora concedido pelo FMI de 750 milhões de dólares em condições que se prevêem das mais leoninas representa uma nova cedência ao imperialismo e um novo golpe contra a independência nacional.

Pode o Governo contestar que esta sua política não é de facto de recuperação capitalista, agrária e imperialista?

Como se coaduna esta política com os objectivos socialistas que o Dr. Mário Soares continua a afirmar serem os seus os do seu Partido?

O divórcio entre as palavras e os actos não

Também a argumentação de Amaro da Costa — que nestas ocasiões se deleita em falar na concórdia, na tolerância, na acalmia política e noutros serenos tempos — foi bastante abalada pela interpelação do deputado socialista Lopes Cardoso. Este pretendeu saber qual a posição de um tão intransigente defensor da convivência democrática perante um facto muito concreto e que constitui já um escândalo e uma grave provocação à democracia portuguesa: os representantes do PPD e do CDS na Assembleia Municipal de Rio Maior aprovaram uma proposta que transforma em feriado municipal a data em que foi assaltada e destruída violentamente a sede do PCP naquela localidade por caceteiros da CAP e fascistas do ELP.

Amaro da Costa perturbou-se, a bancada do CDS agitou-se, o verniz democrático daquela bancada — espalhado seguramente à pressa, — ameaçava estalar. Depois de algumas piruetas linguísticas, o líder da bancada mais à direita da Câmara lá arranjou forças para dizer que o CDS condenava tal atitude.

Mas a duplicidade da atitude do CDS não passaria sem resposta. Enquanto Amaro da Costa fazia tais declarações, os seus deputados deixavam o verniz democrático estalar por completo — o que mereceria de Vital Moreira o seguinte comentário: **Condenam por um lado, mas congratulam-se por outro.**

Em apenas dois dias de trabalho parlamentar neste período extraordinário, a Assembleia da República aprovou já seis diplomas, incluindo o texto sobre as incapacidades cívicas contempladas no artigo 308.º da Constituição.

A excepção deste — que conforme noticiámos noutro local desta secção, foi aprovado com os votos do PS e do PCP — os restantes cinco diplomas foram aprovados por unanimidade. Esses cinco diplomas foram: proposta de lei 67/1, que altera o artigo 43.º do Código da Contribuição Industrial (votação global final); proposta de lei 64/1, que substitui as penas de prisão aplicadas pelos Tribunais comuns a militares dos quadros permanentes, em qualquer situação, e a outros militares enquanto na efectividade de serviço, por penas de prisão militar (tratou-se igualmente de uma votação final global); votação na especialidade do projecto de lei 5/1 — estatuto da oposição (um texto alternativo da Comissão de Assuntos Constitucionais a um projecto de lei do PPD e a uma proposta de lei, e que cria a Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas; e, finalmente, o projecto de lei 52/1, apresentado pelo Partido Comunista Português, sobre o controlo da legalidade dos diplomas regionais e das leis, dos regulamentos e outros actos de soberania respeitantes às Regiões Autónomas.

O plenário aprovou ainda por unanimidade um voto de pesar pela morte do professor Elyseo de Moura.

é um factor de confiança nos propósitos do Governo. O nosso Povo, em especial os trabalhadores, toma consciência dos perigos que comporta a política do PS no Governo e mostra em relação a ela, de maneira cada vez mais clara, a sua reprobção. A grande jornada de luta do dia 22 é uma potente afirmação da vontade popular que o Governo do PS tem o dever de escutar e acatar.

Os trabalhadores são a força principal com que é preciso contar para sair da crise e é impossível levar por diante qualquer projecto sério de recuperação económica sem os trabalhadores e ainda menos contra eles.

O Governo do PS continua a negar-se ao diálogo com o mundo do trabalho ou a sofismar esse diálogo e isso é um factor do agravamento da crise.

Dialogar com os trabalhadores, com as suas organizações mais representativas, como a CGTP-IN — por exemplo — a que o ministro Gonet quer negar representatividade para mal do PS — e com o Partido Comunista, o grande partido da classe operária portuguesa, é indispensável para vencer a crise e o atraso económico de Portugal.

Ainda há bem pouco o PCP deu, com a sua Conferência Nacional, uma contribuição válida para uma verdadeira política de recuperação económica nacional, e com ela uma nova prova do seu carácter eminentemente patriótico e popular.

Não basta dizer-se que se quer o diálogo e praticá-lo de maneira formal como o tem feito o PS nos contactos com os trabalhadores e com o PCP.

É preciso criar as condições próprias para o debate franco e aberto de todas as forças interessadas em salvar a democracia, as liberdades, as conquistas da Revolução. A criação do clima favorável ao diálogo é uma tarefa que cabe principalmente ao Governo.

Parar a ofensiva contra a Reforma Agrária, suspender a aplicação ou a discussão das leis anti-operárias e as desintervenções, não mexer no que está quanto ao sector nacionalizado e autogestionado e ao sector privado, são condições susceptíveis de garantir um diálogo positivo e frutuoso e representaria da parte do Governo um gesto indicativo da sua real disposição para o diálogo.

O PCP insiste em que há uma alternativa democrática para a política actual, resultante de um vasto acordo de todas as forças políticas e sociais interessadas na defesa das liberdades e das conquistas democráticas do nosso Povo. Esse é o caminho para arrancar Portugal da crise e mesmo para restituir o PS à sua vocação democrática e socialista de que a sua política de recuperação capitalista o tem afastado.

A recusa ou o sofisma do diálogo levaria a água aos moinhos da reacção. A armadilha da direita reaccionária está montada sob os pés do PS. Chama-se «convergência democrática» e tem por objectivo submeter o PS à hegemonia do PPD e do CDS como primeiro passo e o estabelecimento de uma nova ditadura reaccionária como passo seguinte.

O PPD, o CDS, e também o MIRN, preparam-se activamente para dar o «sopapo» misericordioso no PS e para se apossarem abertamente das alavancas do Poder.

A alternativa democrática que o PCP propõe, destina-se a colher um largo apoio social e político entre civis e militares patriotas.

Irá o PS deixar-se apanhar na armadilha dos partidos reaccionários ou escolher o caminho que a imensa maioria dos trabalhadores socialistas e sem partido lhes aponta?



Uma delegação de pioneiros soviéticos esteve em Portugal, actuando o seu grupo de danças em várias localidades, nomeadamente em Almada e Amadora. Durante a sua estadia os pioneiros visitaram a sede do Partido onde foram recebidos pelos camaradas Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues e Albano Nunes

CARCAVELOS REALIZOU A I ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Registando-se uma grande participação de militantes realizou-se, no passado dia 18, a I Assembleia da Organização de Freguesia de Carcaveiros do PCP, a qual contou com a presença de convidados das restantes organizações de freguesia, de simpatizantes do PCP e outros antifascistas.

Os trabalhos foram dirigidos por camaradas eleitos, tendo presidido o camarada Gabriel Santos, membro da Comissão de Freguesia cessante. Faziam ainda parte de mesa o camarada Carlos Pereira, membro do Comité Central e o camarada Luís Santos, membro da DORL.

Lido e discutido o relatório de actividades, este foi aprovado por unanimidade, assim como duas propostas de acrescento ao mesmo.

No relatório salienta-se que com esta realização os comunistas de Carcaveiros têm em vista «o reforço da organização e a mobilização de todos os militantes, para que possamos responder a todas as tarefas que o Partido de nós exige».

O documento aprovado recorda ainda que «existem na freguesia algumas instalações fabris, nas quais trabalham vários camaradas. Dessas empresas as mais importantes são a SIPE, moagem, Fábrica de Chocolates Excelstar e ainda a seralhinha civil Emiliano».

«Muito terá a beneficiar a organização — acrescenta logo a seguir o relatório — se os camaradas que aí trabalham estivessem mobilizados para ajudarem as tarefas do Partido na freguesia. Estamos certos que se nos dedicamos com persistência

I ASSEMBLEIA CONCELHIA EM TORRES NOVAS

A Organização Concelhia de Torres Novas do PCP realiza no próximo domingo, dia 3, às 10 horas, na Alcaidaria do Castelo, a sua primeira Assembleia Concelhia, na qual será apresentado o relatório de actividades desenvolvida, definidos os objectivos futuros e eleita a nova Comissão Concelhia e o seu Executivo.



Cebolais de Cima

INAUGURADO O NOVO CENTRO DE TRABALHO

Um novo Centro de Trabalho do PCP foi inaugurado. Desta vez em Cebolais de Cima, a 12 quilómetros de Castelo Branco, povoação onde a indústria de lanifícios é preponderante, empregando aproximadamente 1 100 operários, distribuídos por cerca de 26 empresas, realidade que torna Cebolais de Cima um dos grandes centros operários do distrito.

Foi aqui, nesta pequena aldeia que, no dia 18, com a presença do camarada Pires Jorge e delegações das Organizações do Partido de todo o distrito (Comissão Distrital e Comissão Concelhia de Castelo Branco, Comissão Concelhia da Covilhã e Vila Velha de Ródão e Comissão de Freguesia de Tortosendo) uma pequena festa assinalou a inauguração do novo Centro de Trabalho.

Como disse um dos oradores a abertura deste Centro de Trabalho «não servirá apenas para os comunistas, mas para todos os trabalhadores que estejam interessados, em conjunto com os seus companheiros comunistas, em lutar pela recuperação económica, pelas conquistas de Abril e, naturalmente, na discussão dos seus problemas do dia-a-dia.

Estão pois as portas abertas a todos os trabalhadores, já que estes têm sempre objectivos comuns. E os operários de Cebolais de Cima poderão agora discutir em conjunto os seus problemas no Centro de trabalho como se estivessem em casa dos seus melhores companheiros de luta.

para conseguir organizar estes camaradas será um grande reforço da organização».

Seguidamente, foi apresentada uma proposta para a eleição da nova Comissão de Freguesia, a qual foi igualmente aprovada por



1ª ASSEMBLEIA DE ZONA RAMALDE-ALDOAR

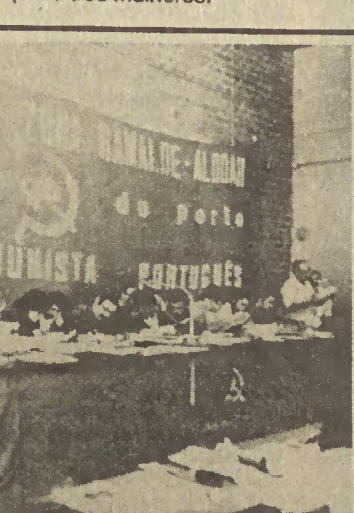
Para fazer um balanço da actividade e eleger o organismo de direcção, realizou-se, no passado domingo, no Ginásio da Escola Clara de Resende, a 1.ª

Assembleia da Zona Ramalde-Aldoar do nosso Partido com a participação de 104 delegados, dos quais 44,2% operários, 33,6% empregados, 6,7% intelectuais, 6,7% domésticas, 8,8% pertencentes a outras camadas sociais. Dos delegados presentes, 19,2% eram mulheres.

Correspondendo aos convites endereçados, assistiram aos trabalhos algumas dezenas de convidados, entre os quais se encontravam elementos do PS, do MDP, da FSP, da FEPU, do MDM e, ainda, da Organização dos Pioneiros do Porto. Em representação da Direcção da Organização Regional do Norte e do Comité Local do Porto do PCP estiveram presentes os camaradas João Fonseca, membro suplente do CC, e Fátima Mesquita.

O relatório de actividade, que seria aprovado por unanimidade, analisa diversos aspectos da vida interna do Partido e do trabalho desenvolvido nos órgãos do poder local pelas numerosas

unanimidade. A actual Comissão de Freguesia de Carcaveiros do PCP é composta por 9 camaradas, sendo quatro operários, quatro empregados e um intelectual. Do novo organismo de direcção fazem parte três mulheres.



organizações culturais, recreativas e de moradores daquelas duas freguesias da cidade do Porto.

A propósito da reorganização levada a cabo, depois das eleições para as autarquias locais, o relatório de actividades acentua que teve efeitos positivos, permitindo um maior contacto com todos os membros do Partido, o aumento do número de militantes em algumas zonas e um melhor conhecimento dos problemas dos trabalhadores e dos moradores. Salientando a necessidade de dar combate firme às posições especulantes e sectárias, o relatório frisa que «a nossa organização precisa de todos os trabalhadores que manifestam constantemente a sua admiração e o seu reconhecimento pelo Partido».

Depois de recordar os esforços que têm sido feitos para melhorar as condições de trabalho e de convívio na Sede, o documento apresentado pelo organismo de direcção cessante sublinha que é uma direcção de trabalho a abertura de uma sede em Aldoar e de outra na zona de Ramalde.

No decurso da Assembleia foram aprovadas várias moções, tendo sido lidas mensagens enviadas aos participantes por organizações e células do nosso Partido.

A encerrar os trabalhos, depois de ter sido eleito o novo organismo de direcção, usou da palavra o camarada João Fonseca que, além de ter procedido a uma breve análise da situação política, acentuou a importância daquela reunião plenária. «O objectivo, disse, não é só cumprir os estatutos e as decisões do VIII Congresso, mas também discutir em conjunto os êxitos, os erros e estudar a forma de melhorarmos a actividade da organização e, ainda, demonstrar que o PCP é o partido mais democrático e coeso que não procura esconder a sua vida interna».

HOMENAGEM EM BUCELAS AO CAMARADA ALEX

Em homenagem à memória do camarada Alfredo Dinis (Alex) a Comissão Concelhia de Loures e a Comissão de Freguesia de Loures do nosso Partido promove no próximo domingo, dia 3 de Julho, às 17 horas, uma concentração no Largo de Bucelas (junto às bombas de gasolina) seguindo-se uma romagem ao local onde foi assassinado, pelos esbirros da PIDE, aquele dirigente da classe operária.

Para a celebração desta homenagem, que contará com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, a Comissão Concelhia de Loures e a Comissão de Freguesia de Loures apelam aos seus militantes e simpatizantes, à classe operária e aos trabalhadores em geral que se associem.

No Porto

JORNALISTAS CONTRA A CENSURA

Tomando posição sobre a reestruturação da Imprensa, a manipulação informativa e a censura que se intensifica nos órgãos de Comunicação Social, como o comprova a recente decisão da administração da Radiodifusão Portuguesa de censurar publicidade proveniente de organizações sindicais e do Partido Comunista Português, o organismo de Direcção dos Órgãos de Informação do Porto tomou público um comunicado onde alerta para os problemas que têm vindo a surgir com maior frequência neste sector.

Começando por salientar que «a reestruturação dos Órgãos de Informação e estatizados é uma necessidade muitas vezes apontada pelo PCP, em ordem a estabelecer a confiança no seio das empresas e a consolidar os direitos conquistados pelos trabalhadores», precisa o comunicado que «essa reestruturação terá de ser encarada e posta em prática de forma global (solucionando problemas como os do fabrico de papel de jornal, cobrança de taxas de Rádio e Televisão,

distribuição de equipamento e instalações) de modo a garantir os postos de trabalho, as regalias alcançadas e as vitórias conseguidas pelos trabalhadores, bem como a seguir uma política informativa que não se volte contra a Constituição, a democracia e os interesses em geral dos trabalhadores portugueses».

«A política do Governo PS — prossegue o comunicado — no sector dos Órgãos de Informação tem sido incoerente, em nada contribuindo para a saída da crise. Prorrogar a suspensão de «O Século», pondo em risco constante os salários e os postos de trabalho, não resolve os problemas do jornal, nem garante as conquistas dos seus trabalhadores que, à semelhança de muitos Órgãos de Informação, submeram arrancá-lo às mãos da Ideologia fascista e do capital monopolista. Não achar solução para os problemas de financiamento próprio da RTP e da RDP, hesitar e fazer marcha-atrás na instauração do regime de empresa pública

para os jornais estatizados do Porto, promover uma política de apoio à imprensa que irá financiar, com dinheiro do povo, os pasquins que de insultos e ataques a esse mesmo povo fazem o grosso das suas páginas, pasquins editados pelo capital nacional e internacional para procurar subverter a vivência democrática institucionalizada em Portugal — são outros aspectos característicos da política governamental no sector da Informação. A isto devemos acrescentar a falta de cumprimento pelo Governo da própria legislação para o sector, em que se destaca a não entrada em vigor da maior parte do estatuto da RDP e a suspensão do seu equivalente da RTP, bem como a inexistência do estatuto da Informação, previsto na Constituição, a par com as leis da Rádio e Televisão.

A manipulação e a censura que novamente se verificam, de uma forma quase institucionalizada, merece a seguir a atenção do comunicado:

«A manipulação informativa que tem sido sistematicamente

praticada pelos pasquins da direita reacção começou a contagiar certo número dos órgãos de informação estatizados, desde que, há cerca de ano e meio, a travagem do processo revolucionário permitiu a recuperação pela direita de alguns desses órgãos. O «Telegama» e o «Comércio do Porto» são exemplos claros dessa manipulação, acrescentando, nestes e noutros órgãos de informação, a existência de censura interna tal como já foi denunciada por um largo número de jornalistas do «Telegama».

«A censura vem aliás, retomando terreno em diversos órgãos de informação, cortando cada vez mais a liberdade de expressão que está consagrada na Constituição.

«Nos últimos tempos, a existência de censura interna foi denunciada pelos delegados sindicais do «Jornal de Notícias». Nos últimos dias, incidu sobre anúncios de organizações sindicais, primeiro mutilados e depois proibidos, na RDP. Igualmente, esta estação de Rádio proibiu

a transmissão de um anúncio do nosso partido, publicitando um colóquio sobre temas económicos. Enquanto isto se passa, a RDP nunca pôs entraves à difusão de anúncios de livros fascistas como «Acuso» e «A Revolução Traída», além de uma campanha publicitária do PS em torno do seu comício de 24 Abril, em Lisboa».

Depois de apontar estes exemplos flagrantes do Organismo de Direcção dos Órgãos de Informação do Porto do PCP apela, no seu comunicado, a todos os trabalhadores da Informação «para que reforcem a sua unidade e organização em defesa dos seus direitos, na perspectiva de que uma política de ceder à direita, favorável à recuperação capitalista, limita os direitos e as liberdades dos trabalhadores e, por isso, tem de ser firmemente combatida. Só a unidade e a organização permitem que seja levada por diante uma luta eficaz contra a censura e a manipulação, pela garantia do emprego, por condições justas de trabalho, por uma informação democrática».

Octávio Pato na Azambuja O PCP SUBORDINA A SUA ACTIVIDADE AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES E DE TODO O PAÍS

Durante o comício que se realizou no passado domingo na Azambuja, assinalando a inauguração, naquele dia, do novo Centro de Trabalho do PCP, esteve presente o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, o qual, durante a sua intervenção, recordou a todos os que assistiam que se torna «cada vez mais evidente para a maioria dos portugueses que o PCP subordina toda a sua actividade aos interesses não só dos trabalhadores mas de todo o País».

«O PCP — acrescentou — luta por soluções concretas e viáveis e apresenta-se à discussão de todo o Povo conforme ficou bem demonstrado na recente Conferência Nacional dedicada

aos problemas económicos e financeiros».

Reportando-se à organização no concelho afirmou:

«Aqui, na Azambuja, os comunistas terão de ser os principais defensores dos interesses de toda a população do concelho. Devem lutar contra o desemprego e privações existentes na região apesar de haver terras que não são cultivadas e pomares onde a fruta está abandonada, fruta que os animais comem, mas não milhares de crianças, por ela estar caríssima».

«É este o panorama que o ministro Barreto e o sr. Portas querem que volte aos campos onde se realizou a Reforma Agrária».

Pronunciando-se mais

detalhadamente sobre a ofensiva que sofre a Reforma Agrária e ainda sobre a política de divisão do movimento sindical e dos trabalhadores o camarada Octávio Pato afirmou nomeadamente:

«Desde o VI Governo que se iniciaram ataques contra a Reforma Agrária, mas com o ministro Barreto e o sr. Portas desencadeou-se uma ofensiva generalizada com o objectivo de liquidar completamente a Reforma Agrária, a Lei do Arrendamento Rural e restabelecer os latifúndios destruídos.

«O projecto de Lei Barreto, se fosse aprovado e realizado, seria a destruição da Reforma Agrária, representaria um feroz atentado contra a Constituição, seria um grave crime contra o país e a sua independência económica

1. Assembleia Concelhia de Aveiro ELIMINAR AS DEFICIÊNCIAS DESENVOLVER A ACTIVIDADE

Tendo como principais objectivos a análise da actividade desenvolvida nos três anos de Revolução e a eleição dos membros dos Organismos de Direcção, os comunistas de Aveiro levaram a efeito, no passado dia 19, a sua 1.ª Assembleia Concelhia, em que esteve presente o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido e director do «Avante!».

Participaram na Assembleia dezenas e dezenas de delegados, convidados, camaradas da Comissão Concelhia e representantes de organizações democráticas.

Durante os trabalhos foram ouvidas as intervenções de camaradas das células da Portucel, Estaleiros de S. Jacinto e da Caixa de Previdência, e ainda dos Organismos dos Escritórios e dos Bancários.

Entre outros, foram abordados os seguintes temas: fundos e política financeira, perspectivas de

acção para o trabalho unitário, informação e propaganda, Pioneiros, Aveiro e a sua cultura, caracterização económica-social e política do concelho, composição e estrutura da Organização, as células de empresa, o trabalho camponês, o Partido e a acção sindical, o movimento popular e a luta de massas, organização de mulheres, juventude, organização dos professores, e o sector de serviços.

Da discussão dos diferentes documentos e das respectivas propostas de emenda e alteração, saiu o Relatório da Comissão Concelhia cessante, útil instrumento de trabalho para a nova comissão.

No capítulo final daquele documento salienta-se que o trabalho do nosso Partido apresenta em alguns sectores deficiências, na maioria dos casos consequências de uma má organização. São exemplos

concretos: o sector dos Serviços, a Informação e propaganda, e, em certa medida, o sector dos professores. Mais adiante, é referida a falta de bons quadros políticos, que se manifesta pela reduzida implantação do nosso Partido a nível das células de empresa, levando a uma estagnação da nossa organização no seio da classe operária. Por outro lado, o Relatório aponta ainda a pouca atenção que a Comissão Concelhia cessante dedicou a alguns sectores. São exemplos concretos: o trabalho camponês, o trabalho unitário, as organizações juvenis, o movimento das mulheres e o trabalho cultural.

Depois de sublinhar que é necessário eliminar nos princípios organizativos, o sectarismo, o esquematismo, o rotineirismo e o burocratismo, o referido documento termina salientando:

A força do nosso Partido corresponde ao grau da sua ligação às massas, ao grau do seu prestígio junto dos trabalhadores, ao grau de confiança que lhes mereça. Para que essa força seja uma realidade é necessário não só uma forte organização mas, também, quadros políticos válidos. De a nova Comissão Concelhia encarar este problema com a melhor atenção, facilitando a participação dos militantes em cursos de quadros. Deve, também, criar as condições para que cada filiado no Partido se transforme num militante.

No final, o camarada Dias Lourenço falou sobre os principais aspectos da situação política.

À VENDA Nas Livrarias e Centros de Trabalho do PCP A SAÍDA DA CRISE

TEXTOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP PARA A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA
edições Avante!



e política, atingiria não apenas os trabalhadores da UCP mas os pequenos e médios agricultores. A política do ministro Barreto é a política da CAP, a política do PPD, a política do CDS em defesa dos grandes agrários.

«Tal como o ministro Barreto, o ministro Gonçálves defende e aplica a política dos representantes dos antigos monopólios e banqueiros representados pela CIP. É a política da divisão do movimento sindical e dos trabalhadores. A sua alocução na TV no dia 21, na fracassada tentativa de amortecer o ímpeto unitário e combativo da grandiosa jornada do dia 22, mostra que quem assim fala, usa a linguagem do passado, a linguagem fascizante, que nada tem de comum com os trabalhadores, nada tem a ver com os socialistas sinceros, pois o que ele defende são os interesses dos monopólios».

Ao terminar e recordando que a jornada nacional do passado dia 22 demonstrou claramente que os trabalhadores estão dispostos a fazerem sacrifícios para assegurarem a recuperação económica e na firme disposição de travar uma grande luta na defesa dos seus direitos declarou: «Defender as conquistas consagradas na Constituição, manter os actuais limites das formações económicas (o que implica suspender imediatamente as medidas atentatórias da

Reforma Agrária e empresas intervencionadas) são condições essenciais para assegurar uma real recuperação económica e a estabilidade social e política do país».

Durante o comício, que reuniu centenas de pessoas, usaram também da palavra representantes locais da UJC e da UEC. No final, uma sessão de canto livre constituiu motivo para prolongar o convívio de comunistas e outros democratas.

FESTA EM CASTRO MARIM

Realizou-se no passado domingo, dia 19, uma festa-convívio organizada pela Comissão Concelhia de Castro Marim. A esta iniciativa responderam os comunistas e simpatizantes da terra, com alegria e em grande número.

A tarde começou com a actuação de um conjunto musical, seguindo-se a apresentação dos Pioneiros do concelho que cantaram para todos algumas canções revolucionárias. Um leilão de ofertas desenrolou-se antes de o camarada José Barata Moura chegar para entusiasmar com as suas canções todos os assistentes.

CONGRESSO DA UEC EM JANEIRO DE 1978

1. Realizou-se no domingo, dia 26 de Junho, no Centro de Trabalho de Alcântara do PCP uma reunião alargada da Comissão Central da UEC.
2. No seguimento de um amplo debate travado em toda a organização, foram discutidas e aprovadas importantes conclusões sobre a organização da UEC e suas tarefas no movimento de massas dos estudantes.
3. A Comissão Central debruçou-se atentamente sobre as graves consequências da política de direita do actual MEIC, sobre os sentimentos de repúdio que ela merece aos estudantes portugueses, que se têm traduzido em algumas das mais importantes lutas por eles travadas após o 25 de Abril.

A recusa ao diálogo, o desrespeito pelas estruturas representativas dos estudantes, medidas claramente repressivas como o encerramento da Universidade de Coimbra e o desmantelamento do ISSCP, o impedimento de entrada de milhares de estudantes na Universidade, são alguns dos traços fundamentais da política reacçãoária do ministro Cardia, que a CC da UEC vivamente condena e contra a qual continuará a mobilizar os estudantes portugueses.

4. A Comissão Central da UEC procedeu a um detalhado balanço e análise da situação actual do movimento associativo, tendo constatado:

— a contenção da influência das organizações de direita, nomeadamente do PPD/CDS;

— o reforço do movimento associativo e de massas, verdadeiramente ligado aos interesses e aspirações dos estudantes portugueses;

— a crescente influência dos estudantes comunistas em todos os níveis do movimento associativo, traduzindo, por um lado, uma justa política de unidade e, por outro, a confiança das massas estudantis numa política de intransigente defesa dos seus interesses e aspirações.

5. Feito um balanço sobre o trabalho orgânico da UEC, avaliados os seus progressos e deficiências, a Comissão Central decidiu:

— cooptar, no âmbito das importantes tarefas que se colocam à organização novos membros para a Comissão Central;

— eleger novos organismos de direcção central para o ensino secundário e superior e o secretariado para a Comissão Central;

— convocar o 1.º Congresso da UEC para Janeiro de 1978.

Lisboa, 26 de Junho de 1977

A Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas

AS GRANDES JORNADAS DO DIA 22



Porto



Braga



Coimbra



Marinha Grande



Coruche

Acontecimento nacional de dimensão e alcance muito invulgares, as manifestações promovidas pela CGTP-Intersindical Nacional no dia 22, por todo o País, encheram páginas dos jornais diários de maior divulgação e tiveram, na generalidade dos órgãos de comunicação social, o relevo que não poderia ser escondido sem demissão completa da mera função de relatar o que se passa. Melhor ou pior, milhões de palavras deram conta de que foi essa impressionante jornada de luta e dos objectivos que a presidiram. Não sem distorções, é certo, mas sem surpresas, também. Ainda que reduzido, o coro gonalista tinha de ouvir-se e fazer eco na imprensa da direita e nas folhas declaradamente fascistas ou para viradas, pois elas não escondem ao serviço de quem estão no seu labor o futuro de falar para ontem. E, assim, vozes houve que repetiram em vários tons as posições indecorosas que o sr. Gonalha assumiu na Televisão. Enumerá-las seria excessivo, pois se trata das mesmas folhas que diariamente, ou à semana, vêem o País pelas janelas da CIP dos grandes patrões saudosistas, ou pelo buraco da recuperação capitalista.

Mas o feitiço virou-se contra o feiticeiro (neste caso, aprendiz, melhor dizendo) e não houve distorção, calúnia ou máfé que fizesse mossa na determinação dos trabalhadores. Como vários jornais sublinharam, por a realidade o provou, o divisionismo de Gonalha e seguidores ("Carta Aberta-Nova-Moda" incluída) salu-lhes pela culatra. A tentativa de desmobiliar os trabalhadores surtiu efeito contrário, mas apenas naquele que, menos mobilizados, se aperceberam, pelas inacreditáveis declarações televisivas do ministro do Trabalho, da verdadeira força e necessidade de uma jornada que, antes de ter começado, desencadeava dislates daquela envergadura. Mas a grande massa dos trabalhadores desceu à rua não porque o sr. Gonalha (ou o Governo) dissesse ou deixasse de dizer isto ou aquilo.

Não era este ou aquele projecto político que se reclamava ou defendia. Era o projecto político dos trabalhadores portugueses, o que está consignado na Constituição da República. Se o PCP o defende, de outra forma não poderia ser, sendo ele como é o Partido dos Trabalhadores. Mas esclareça-se, mais uma vez, a confusão divisionista: não foi um projecto partidário que presidiu às manifestações do dia 22; os trabalhadores defenderam nas ruas um projecto nacional; organizaram uma jornada em defesa dos seus interesses mais reais, que são os interesses do País.

Como assinalou a CGTP-IN que, na sua qualidade de legítima e única representante dos trabalhadores sindicalizados ao nível confederativo, foi a única organização a promover a jornada de luta em todo o País, a presença massiva dos trabalhadores que responderam ao apelo das manifestações, feito pela Central sindical, demonstra a sua elevada consciência de classe e o seu correcto entendimento da oportunidade e da justiça da actuação do Movimento Sindical. O protesto público que todos fizemos constitui a cabal demonstração do nosso descontentamento e torna evidente que as posições que o secretariado da CGTP-IN tem assumido correspondem aos anseios dos trabalhadores portugueses: nomeadamente, a luta contra o aumento do custo de vida, o desemprego e os despedimentos, o congelamento da contratação colectiva, a entrega das empresas intervencionadas, os ataques à Reforma Agrária e a repressão sobre os trabalhadores".

Foi nestes objectivos que se basearam as palavras de ordem aprovadas para a jornada de luta. Só uma visão caluniosa poderia ver nelas um "ataque ao poder político democrático", para "favorecer um clima de regresso a um projecto social totalitário", como afirmou na TV o sr. Gonalha. Pretender o Governo, a que este senhor pretence defender a "sua democracia" contra mais de meio milhão de trabalhadores? Serão eles e muitos mais, serão todos esses trabalhadores, "antidemocráticos" e "totalitários", quando precisamente defendem na rua o que determina a Constituição? A ser assim, como pretende o sr. Gonalha, também para ele a Constituição é antidemocrática e totalitária. Que ideia fará hoje o Governo da Lei Fundamental do País?

Governar com os trabalhadores e para eles não se consegue apenas arvorando a toda a hora resultados eleitorais e a sua expressão na Assembleia da República. A democracia não é coisa estática que pare numa votação. É preciso justificar a boa aplicação do crédito que esses resultados eleitorais significam. É isso que o Governo não tem feito. Foi contra isso que 600 mil trabalhadores desceram à rua, para defenderem mais uma vez os seus interesses e direitos, para protegerem as conquistas, que hoje são constitucionais, para acautelarem, afinal, o que é deles e de todo o Povo. Tenha isso em conta o Governo do PS.



Torres Novas



Montemor-o-Novo



Vila Real de St. António



Lisboa



Lisboa



Porto



Faro



Lisboa



Lisboa



Odemira



Beja



Um Fiat para a Campanha O CARRO FOI ENTREGUE A UMA TRABALHADORA

O Fiat 126, sorteado pela célula daquela empresa para angariar fundos para a Campanha dos 50 000 Contos, foi entregue à premiada na passada quinta-feira, ao fim da tarde, junto ao Centro de Trabalho do PCP, na Amadora.

Reflectindo uma expressão de alegria, Maria Adelaide dos Santos, que teve a sorte de comprar a rifa número 80845, não resistiu em exclamar quando, acompanhada pelo marido, se viu defronte do pequeno carro branco, que a aguardava estacionado junto do passeio: «Um automóvel por vinte escudos!».

«Andava sempre a dizer que o carro havia de ser meu. Mas dizia isso mais por graça. Tanto assim que não sabia que o carro me tinha saído. E só acreditei quando me mostraram o recorte do jornal onde vinha publicado o número premiado».

Empregada na camisaria «Galgos», em Campolide, Maria Adelaide dos Santos foi receber o carro depois de acabar o trabalho. Acompanhavam-na o marido e a companheira de trabalho que lhe vendera a rifa.

Estefânia Lopes de

Castro, irmã do camarada Jerónimo de Castro, membro do Comité Central, foi quem informou a premiada da sorte que a contemplara:

«Level cerca de 20 rifas para a empresa. Vendi a cerca de 14 camaradas lá no trabalho e fiquei apenas com duas. E disse a Maria Adelaide para ficar com uma que eu ficava com a outra. Assim sucedeu e quando se deu o sorteio eu sabia que tinha vendido aquele número. Disse-lhe e depois levei-lhe o recorte do «Avante!» para confirmar».

Na rua, com todas as pessoas que regressavam dos empregos, depressa se formou um ajuntamento em que se sucediam as perguntas sobre o que se passava.

Os camaradas da célula da Fiat fizeram a entrega das chaves do carro. Antes um deles dissera-nos:

«A nossa iniciativa para angariar fundos saldou-se num grande êxito pois fizemos à volta de trezentos e tal contos limpos. Pensamos que a nível de célula fomos a que mais conseguimos».

Um cunhado da premiada, que possui carta de condução, levou o carro.

AS OFERTAS PARA A CAMPANHA

No âmbito da Campanha dos 50 Mil Contos, receberam-se variados objectos oferecidos para serem vendidos, leiloados ou sorteados nas muitas iniciativas realizadas. Mas uma parte dessas mesmas ofertas não foram sorteadas e continuam na posse da Comissão Coordenadora Central da Campanha ou de algumas organizações do Partido.

Pensa-se que muitas dessas ofertas poderão ser postas à venda em alguns Centros de Trabalho, sorteadas ou leiloadas em iniciativas que se venham a realizar.

Uma outra parte ficará reservada para a tómbola a organizar na próxima Festa do «Avante!».

Dado que todas essas ofertas foram feitas com o objectivo de serem convertidas em fundos para a Campanha, pensa-se ser justo atribuir-lhes, desde já, um valor aproximado.

Não faremos a discriminação de cada uma destas ofertas, porque no seu conjunto, abrange diversas páginas dactilografadas, mas indicamos o género da maioria das ofertas e o valor aproximado que lhes foi atribuído.

- Moedas antigas, jóias diversas (aneis, pulseiras, etc.) 50 000\$00
- Objectos decorativos, utensílios domésticos, roupas e vinhos licorosos 85 000\$00

135 000\$00

Há ainda a acrescentar a estas ofertas e aos valores atribuídos, outras que ficarão a pertencer ao património do Partido, para utilização ou decoração do novo Centro de Trabalho de Lisboa, ou para o futuro Museu do Partido. Estão neste caso várias obras de arte de artistas portugueses (esculturas, desenhos, etc.), cartas manuscritas por personalidades portuguesas já falecidas, cédulas usadas como dinheiro no Campo do Tarrafal, etc.

Estas ofertas são de grande valor, mas de muito difícil avaliação, razão por que não lhes atribuímos qualquer quantitativo.

Estamos confiantes que os camaradas ou amigos que deram essas ofertas para a Campanha estarão de acordo com a decisão que tomámos. Há valores inestimáveis que não se deverão perder na medida em que representam parcelas da luta do nosso povo ou do poder criador dos seus artistas.

A Campanha dos 50 Mil Contos, que pretendia ser apenas uma grande campanha de recolha de fundos, foi também uma grande forma de realização que incluiu algumas de elevado nível artístico e foi ainda como que o início de uma recolha de obras, valores e símbolos que devem ser colocados ao serviço e à apreciação de todos os portugueses amantes do progresso e independência do seu País.

Lisboa, 25 de Junho de 1977

A Comissão Coordenadora Central da Campanha dos 50 Mil Contos

O MINISTRO BARRETO PROTEGE ABSENTISTAS

Apostado em restituir aos grandes proprietários absentistas as regalias que usufruíram ao longo dos tempos, espoliando desenfreadamente os rendeiros, o ministro Barreto não só pretende

liquidar a Lei do Arrendamento Rural, como também faz aumentar escandalosamente a Tabela de Rendias Máximas sem que, para o efeito, tenha consultado — nos termos da Lei Fundamental da

República — a única organização de rendeiros existente, o Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte.

Protestando energicamente contra aquela violação da

Constituição, o Secretariado do MARN divulgou, através dos órgãos de informação, o teor de uma carta enviada ao ministro da Agricultura e aos membros da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, no passado dia 21 do corrente.

Para se avaliar o aumento definido pelo ministro Barreto, registre-se que o valor máximo da renda do vinho regista uma subida brutal, passando de \$70 (setenta centavos) por litro, fixado em 30 de Julho de 75 pelo V Governo, para 2\$80 (dois escudos e oitenta centavos), o que significa um aumento de 400%.

Relativamente aos outros produtos, verificaram-se as seguintes alterações: cultura arvense de regadio — milho, batata — passa de quatro para cinco contos por hectare, aumento de 25%; cultura arvense de sequeiro-milho — passa de 1300 para 1350 escudos por hectare; olival — passa de 13\$50 para 15 escudos; prado permanente passa de 2 500 para 4 000 escudos por hectare.

De acordo com a portaria publicada, em 18 de Julho, pelo MAP, no caso de associação de culturas anuais, é autorizado que a renda seja superior a sete contos por hectare e passam a ser considerados para efeitos de renda o vinho dos produtores directos, americano ou morangoeiro, jaqué, etc.

Segundo denuncia o Secretariado do MARN, esta decisão do MAP vai implicar o «aumento da descapitalização da Agricultura» e o «agravamento da situação dos produtores agrícolas rendeiros». Perante o estabelecimento da renda para os produtores directos, o Secretariado do MARN acentua que deve estar «na ideia do ar. ministro a possibilidade desse vinho passar a ser vendido. Pois parece-nos evidente que não se pode exigir pagamento de renda por um produto que legalmente está impedido de ser comercializado e que apenas pode ser consumido na família do produtor».

CONFRATERNIZAÇÃO DE RENDEROIS EM VISEU

O Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) vai realizar, no próximo dia três de Julho, uma confraternização de rendeiros em Viseu.

Aprofundar e fortalecer os laços de unidade que ligam os rendeiros na defesa dos seus direitos, é o objectivo principal deste encontro, onde não faltarão ranchos folclóricos, bandas de música, zés pereiras, foguetes, etc., etc. E também, claro, a útil e indispensável troca de experiências entre os rendeiros dos diversos distritos que lá se irão encontrar.

Porque os rendeiros, hoje mais do que nunca, têm que estar unidos. Porque, para além da dureza da sua vida de trabalho, os rendeiros têm hoje em comum a difícil batalha que travam em defesa da Lei do Arrendamento Rural, a única lei que os defende, que lhes dá garantias de segurança e estabilidade.

Há quem queira acabar com essa lei — Barreto & C.ª, os senhores ricos, a CAP — para que os rendeiros fiquem de novo à mercê dos arbítrios dos senhores exploradores, para que fiquem de novo submetidos à miséria e à fome.

Mas os rendeiros, unidos e organizados na sua organização de classe — o MARN —, saberão defender a sua Lei do Arrendamento Rural. A confraternização de Viseu vai certamente demonstrá-lo de forma inequívoca, numa imponente demonstração de força e unidade dos rendeiros das Beiras.

Em Braga:

UM BANDO DE FASCISTAS PÔS EM CAUSA NA PRESENÇA DAS AUTORIDADES DIREITOS CONSGRADOS NA CONSTITUIÇÃO

Há uma semana, capitaneados por dois fascistas ligados à CAP, um bando de discóides bolcoteu uma sessão de esclarecimento sobre a Lei do Arrendamento Rural, promovida pelo MARN na Agro-77, em Braga, agrediu um dos seus dirigentes, assaltou e destruiu, pouco depois, o «stand» de «A Terra», órgão de unidade dos camponeses do Norte, que se encontrava exposto no certame. Uma vez mais, foi gritante a passividade e objectiva cumplicidade com os arruaceiros patenteada pelas autoridades.

Como sublinhava um documento divulgado pela Direcção da Cooperativa Editorial «A Terra», «esta arruaça ocorrida na Agro-77 não é isolada. Insere-se na vasta ofensiva das forças reaccionárias para ocuparem o poder que o 25 de Abril lhes retirou, justamente, a favor do povo trabalhador. Esta arruaça, sublinham, demonstra que no nosso país não há, em muitas regiões, a liberdade necessária para que os trabalhadores do campo exprimam a sua opinião e tenham a sua voz, para lutarem pelo final da exploração do homem pelo homem».

De facto, como compreender a passividade e inactividade das autoridades perante a acção do bando de arruaceiros chefiados pelos caciques Joaquim Faria, comerciante de automóveis, e por Cardoso da Silva, proprietário da Quinta de Villa Fria, em Felgueiras, conhecido activista local do CDS, por quem foi candidato à Câmara Municipal de Felgueiras, nas eleições de Dezembro último?

Quer a atitude da Comissão Executiva da Agro-77, quer das forças militarizadas não se compreendem nem acaitem por traduzirem uma atitude cúmplice perante um acto que viola os mais elementares direitos democráticos, consagrados no Art.º 37.º da Lei Fundamental da República. A atitude dos agentes da autoridade contraria frontalmente o Art.º 272.º da Constituição que atribuiu à Polícia a defesa da «legalidade democrática e os direitos dos cidadãos».

Repetidamente, o nosso Partido tem sublinhado que são as cedências às forças reaccionárias e fascistas que lhes dão força para prosseguirem as suas actividades contra-revolucionárias e antidemocráticas.

Em Braga, isso uma vez mais se verificou.

No colóquio sobre a Lei do Arrendamento Rural encontrava-se presente um vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, eng. Neves Fernandes, que também foi agredido por protestar contra o bolcote. Dirigindo-se a um agente da PSP para apresentar queixa e reclamar a sua intervenção, aquele edil mesmo nas «barbas» do agente voltou a ser agarrado e ameaçado pelos desordeiros sem que o cívico fizesse a mínima tentativa para os meter na ordem.

Entretanto, trabalhadores da capital do Minho, noutras oportunidades, têm deparado com atitudes nada semelhantes, da parte das autoridades, quando lutam contra as arbitrariedades e a exploração do patronato reaccionário. Manifestações pacíficas de trabalhadores nas imediações de empresas já foram barbaramente destruídas por violentas cargas policiais, seja em Braga, seja noutras localidades do distrito, provocando vários feridos.

Ainda no passado dia 22 do corrente, para intimidar os trabalhadores, que realizaram em Braga, uma das maiores manifestações depois do 25 de Abril, fortes contingentes da Polícia de Intervenção foram deslocados, concentrando-se junto do Governo Civil, onde reunia a segunda sessão itinerante do Conselho de Ministros... Esta deslocação de forças militarizadas recorda, aliás, todas aquelas que o Governo tem feito, enviando desamplaçados policiais contra trabalhadores da zona da Reforma Agrária e de empresas desintervencionadas que protestam contra a política de recuperação agrária e capitalista.

Os incidentes verificados na Agro-77, em Braga, não estão de modo algum desligados desta realidade e devem ser analisados no quadro das atitudes das autoridades, apoladas pelos grandes proprietários absentistas, para liquidar a Lei do Arrendamento Rural, estipulada no Decreto-Lei 201/75, de 15 de Abril, contrariando a opinião múltipla vezes expressa por milhares e milhares de rendeiros e pequenos e médios agricultores.

Urge que as forças de segurança actuem de acordo

com o espírito e a letra da Constituição para que não se voltem a repetir acontecimentos como os ocorridos em Braga. É necessário que, de uma vez por todas, o Governo ponha termo à tristemente célebre «lei do funil».

MELOEIROS EXIGEM FIXAÇÃO DE PREÇOS

Realizou-se na passada semana, em Vila Franca de Xira, um encontro nacional de meloeiros que debatem problemas ligados com a comercialização do melão, numa clara posição de combate firme à escandalosa especulação dos intermediários a que o Governo não tem sabido — ou não quer — pôr termo.

Exigindo do Governo garantias de escoamento e fixação de preços, nomeadamente de \$500 por quilo no produtor e de 8\$20 no consumidor, os seareiros e pequenos e médios meloeiros justificam esta posição dizendo que não querem morrer à fome, à custa de encherem a pança aos especuladores intermediários, e porque sabem que, se o melão for vendido sem preço máximo tabelado, o consumidor não o vai comer, ou vai pagar 40\$00 ao quilo como peia laranja.

E a apreensão destes trabalhadores compreende-se plenamente pois, segundo os dirigentes da Associação de Meloeiros da Lezíria de Vila Franca,

o Governo afirmou já, oficialmente, que não fixaria preços. O melão vai aparecer no mercado sem quaisquer garantias para o produtor e para o consumidor, aberto a toda a especulação, friso António Santinho, que não pôde deixar de perguntar se isto é que é a reestruturação do comércio interno que o Governo proclama.

No final do encontro intervieram os representantes da Junta Nacional de Frutas e da Direcção Geral do Comércio Alimentar, que assistiram aos trabalhos, tendo declarado que transmitiriam às entidades governamentais responsáveis as decisões tomadas pelos meloeiros.

Das conclusões do encontro, aprovadas por unanimidade e aclamação, salienta-se a exigência de garantias de preços aos níveis do produtor e do consumidor, a demarcação de uma zona geográfica de escoamento e o rigoroso controlo governamental sobre o cumprimento das tabelas.

REFORMADOS PEDEM JUSTIÇA

«Ao tomarmos conhecimento da Portaria 94/77, de 23 de Fevereiro, em cujo preâmbulo se diz «que se actualizam os valores das pensões concedidas pela Previdência», nós, os reformados, sentimos profundamente ofendidos na nossa dignidade de antigos trabalhadores que, em toda a nossa vida, trabalhamos arduamente, que passámos as maiores privações, as maiores angústias na incerteza do dia seguinte, sujeitos a perseguições de toda a espécie, quer por parte dos patrões, quer pelas autoridades repressivas do fascismo, em que muitos dos melhores de nós foram privados da liberdade e, em muitos casos, até da própria vida» — refere a Comissão Coordenadora dos Reformados numa exposição

entregue recentemente ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, depois de ter recolhido cerca de 20 000 assinaturas.

Os trabalhadores reformados pedem a revogação daquela Portaria que mantém um quantitativo mínimo mensal de 2000 escudos, «enquanto, por outro lado, prevê que pensões cujo quantitativo era de 11250 escudos possam ser aumentadas em 750 escudos». Sem porem em causa este aumento, os reformados perguntam, todavia, se é «com critérios desta natureza que se pretende melhorar a situação daqueles que, face à actual carestia de vida, maiores dificuldades sentem para a sobrevivência dos seus lares».

MAIS VITÓRIAS DA UNIDADE EM ELEIÇÕES SINDICAIS

Construção Civil de Coimbra e Actividades Cinematográficas são dois dos sectores sindicais onde ultimamente foram eleitas direcções unitárias, depois do reforço da unidade obtido nas votações do Comércio de Lisboa, Professores da Zona Sul, e outros importantes Sindicatos do País.

Nun programa amplamente discutido pelos trabalhadores, a lista vencedora nas Actividades

Cinematográficas, além da decisão de lutar pela unidade da classe, propõe-se desenvolver importantes iniciativas de carácter social e cultural, depois de uma eleição que teve a maior participação de sempre.

Os novos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Actividades Cinematográficas concorrerão sob a sigla «por um Sindicato unido e apertado».

OS DIRIGENTES DO PS E A REFORMA AGRÁRIA

O Secretariado Nacional do PS, num comunicado que certamente terá feito corar de vergonha os trabalhadores socialistas, decidiu vir a público defender o seu ministro da Agricultura e a tão famosa como contestada «lei Barreto».

Para além dos lamentáveis e habituais ataques ao nosso Partido, o documento informa que a «lei Barreto» foi «previamente aprovada pelo próprio Secretariado Nacional do PS». Esclarecedor. Principalmente para quem ainda tivesse dúvidas, esta é uma informação a reter.

Ao longo de todo o documento fazem-se, aliás, diversas e curiosas afirmações. Diz-se, por exemplo, que a referida lei levará a cabo uma «reforma agrária justa, equilibrada e liberta de tutelas totalitárias». Que estranho conceito de justiça o da direcção do PS que concorda que um conselho inteiro possa ficar completamente nas mãos de vinte agrários, em prejuízo de milhares de trabalhadores! Que estranho conceito de justiça que lança milhares de trabalhadores rurais para o desemprego enquanto paga «ordenados» de oito mil e quinhentos escudos a agrários, lhes prepara indemnizações e lhes devolve terras que mantinham e mantêm abandonadas!

Diz-se também no comunicado que «as expropriações dos latifúndios e grandes empresas capitalistas prosseguirão no interesse dos assalariados rurais e dos pequenos e médios agricultores».

Se assim é, como explica o Secretariado Nacional do partido no Governo as contínuas anulações de expropriações que vêm a ser feitas pelo ministro Barreto; a entrega de reservas que liquidam a viabilidade económica das cooperativas agrícolas e unidades colectivas de produção; a devolução de empresas nacionalizadas aos antigos patrões saboteadores; a entrega aos agrários do produto do trabalho dos trabalhadores?

Mas o texto de que vimos tratando vai mais longe. Chega a ter o descaramento de afirmar que «as cooperativas de agricultores ou de trabalhadores rurais serão apoiadas e acarinhadas, dado que tais modalidades empresariais garantem não só mais justiça social e melhor defesa dos seus interesses, como também permitem melhores formas de exploração da terra, maior intensificação dos cultivos». Ficamos desta forma a saber que foi por «carinho» que o Governo mandou a GNR espancar e reprimir com cavalos e cães os trabalhadores de Mora; foi também certamente por «carinho» que o Governo permitiu que em Montargil as ditas «forças da ordem» alvejassem a tiro os trabalhadores que colhiam o fruto do seu esforço; foi por «apoio» aos trabalhadores que o crédito agrícola de emergência foi cortado às unidades colectivas e cooperativas agrícolas, deixando milhares de famílias com fome; e é também certamente por apoio a essa «melhor forma de exploração da terra» que diariamente se entregam hectares e hectares de terra a agrários absentistas!

O problema do arrendamento rural também não foi esquecido no documento. Afirma-se, a propósito, que os novos princípios que se propõem «visam sobretudo criar uma solidariedade entre trabalhadores agrícolas, camponeses sem terra e pequenos proprietários». Não se especifica que tipo de solidariedade é essa. Mas trata-se sem dúvida da solidariedade que une os oprimidos e explorados, pois com os «novos princípios», afinal tão velhos que já existiam no tempo do fascismo, mais se não faz que colocar os agricultores rendeiros à mercê das prepotências e arbitrariedades dos senhores ricos.

Os dirigentes do PS terminam este documento de apoio à «lei Barreto» afirmando que dentro de alguns anos a nossa agricultura estará «à altura do desafio europeu e das necessidades de uma política de independência nacional». Uma frase bonita, sem dúvida. Só é pena estar vazia de qualquer significado. Porque a Europa «com eles» debate-se actualmente com gravíssimos problemas, e o da agricultura não é decerto o menos importante. Porque não se pode falar em independência nacional «dentro de alguns anos», quando no presente se abrem as portas aos monopólios e se presta vassalagem ao imperialismo.

Que vergonha, senhores dirigentes do PS. Mais valera que deixassem o ministro Barreto afundar-se sozinho. Ele já está irremediavelmente condenado pela História.

EM DEFESA DA LEI DO ARRENDAMENTO RURAL

Cresce diariamente, de norte a sul do país, o repúdio dos agricultores rendeiros pelas tentativas de alteração da Lei do Arrendamento Rural. Até quando vai o Governo fazer orelhas moucas à voz dos trabalhadores?

Respondendo ao apelo do Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte e das Comissões de Rendeiros do Teixoso e da Covilhã, os rendeiros desta região concentraram-se no passado sábado no largo da Câmara Municipal da Covilhã, com cujos responsáveis se reuniram a fim de exporem os problemas que os afectam e reafirmarem uma vez mais o firme propósito de lutar pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural e da Constituição.

Uma moção, aprovada na altura, repudia os projectos de liquidação da Lei do Arrendamento Rural propostos quer pela já conhecida «lei Barreto» quer pelo PPD/PSD. Também os rendeiros de Gaia criticam e repudiam veementemente aqueles projectos, num documento já enviado ao Presidente da República, Conselho da Revolução e Comissão de Agricultura da Assembleia da República. No referido documento salienta-se que tais projectos não respeitam a Constituição, em especial o artigo 101.º, e vão provocar, a serem aprovados, uma baixa na produção agrícola.

No encontro de rendeiros efectuado em Vila Nova de Gaia foi ainda assinalado que os dois projectos de lei coincidem em pontos de extrema gravidade, principalmente porque ambos mantêm a parceria agrícola, não determinando que sejam reduzidos a escrito os contratos de arrendamento, eliminando as comissões arbitrais e restabelecendo os pagamentos em géneros.

A Comissão de defesa dos agricultores, rendeiros e seareiros de Almeirim distribuiu igualmente um comunicado alertando para o perigo que ameaça todos os rendeiros se os referidos projectos sobre arrendamento rural forem aprovados. Referindo-se ao caso específico de Almeirim e ao projecto de lei do PPD, o documento afirma que, se ele for aprovado, não só nos tira a possibilidade de tirarmos o rendimento do nosso trabalho, como irá submeter à miséria cerca de oitocentos rendeiros e suas famílias só nos casais velhos, gatinheiras e courelas novas, além dos muitos outros rendeiros que trabalham outras terras do nosso concelho.

E o documento termina com um apelo:

Amigos, organizemo-nos para lutar pelos nossos direitos, fazendo reuniões e discutindo os nossos problemas para apresentar à Comissão de Agricultura da Assembleia da República o nosso vigoroso repúdio por projecto lei criminoso que mais não visa que o regresso ao antigamente.



● Uma grandiosa realização do Partido — a Conferência Nacional de 4 e 5 de Junho ● ultrapassámos os 65 mil contos! Elevemos as receitas normais do Partido ● O MILITANTE — dois anos de publicação legal ● Assembleias das Organizações ● Melhoremos o nosso trabalho entre os emigrantes ● Descentralização: um aspecto essencial de todo o trabalho do Partido ● — Preço 5\$00

COM UM ORÇAMENTO DE 55 MILHÕES A PREVIDÊNCIA É UM BURACO

Dos salários dos trabalhadores são retirados 26,5 por cento para financiar os sectores da Segurança Social e da Saúde, lê-se num Relatório do Movimento Sindical Sobre a Situação Financeira da Previdência recentemente distribuído pela CGTP-Intersindical Nacional. Apresentado no 3.º Plenário do Conselho Consultivo Nacional da Central única dos trabalhadores portugueses, esse documento de uma importância relevante, além da referida análise, estuda as "perspectivas de alteração dos modos de financiamento do sistema, de acordo com os interesses do povo" e aponta as medidas imediatas para enfrentar a situação actual que, entre o que a Previdência deveria receber, nos primeiros quatro meses deste ano, e o que realmente recebeu, se salda por um desequilíbrio de 2 milhões e 800 mil contos!

Perante este ritmo desastroso de entrada de receitas, provenientes de contribuições normais e de recuperação de dívidas, que constituem 90 por cento da globalidade das receitas previstas no orçamento, a CGTP-IN chama mais uma vez a atenção do Governo para a necessidade de tomar medidas imediatas e eficazes com a participação dos trabalhadores através das suas organizações representativas.

O Relatório, depois de referir que o valor daquelas receitas é insuficiente "para a satisfação de encargos sociais que rondam mensalmente os 4,4 milhões de contos" e de considerar que "existem ainda por satisfazer compromissos, relativos ao ano de 1976, no valor aproximado de 2,2 milhões de contos, indica ao Executivo as medidas a tomar. "Primeiro, com vista a travar o agravamento das dívidas com o não pagamento de contribuições de 1977 que, contrariamente ao que foi assegurado pelo sr. Secretário de Estado da Segurança Social na Assembleia da República, se está a verificar; segundo, que se desenvolvam acções concretas para a real recuperação das dívidas atrasadas. É preciso — acrescenta o Relatório — que a preocupação revelada pelo MAS (Ministério dos Assuntos Sociais), aquando da elaboração do Orçamento, em cobrar os débitos à Previdência, ao ponto de nele prever uma verba de 10,5 milhões de contos, se converta em acções de cobrança efectiva.

"Se assim não suceder — sublinha a CGTP-IN — correr-se-á o risco de as contas da Previdência chegarem ao fim deste ano com um défice de 13 milhões de contos, de acordo com a análise feita pela Comissão Administrativa da CNP (Caixa Nacional de Pensões) numa exposição, enviada oportunamente à Secretaria de Estado da Segurança Social".

Depois de frisar que a situação se agravará ainda mais com o Orçamento Suplementar, pois a análise da situação financeira, que dá aquele défice de 13 milhões de contos, foi feita de acordo com o Orçamento existente, aquele que foi aprovado na Assembleia da República, em Dezembro de 1976, o Relatório assinala que "a inoperância, o falhanço das medidas legislativas e administrativas que o MAS tem empreendido no sentido de recuperar as dívidas, confirma aquilo que o Movimento Sindical tem defendido.

"Excluir os trabalhadores da discussão e controlo das questões da Previdência, como vem a suceder desde fins de 1975 com a extinção arbitrária do órgão coordenador das Comissões Administrativas das Caixas — o então existente Conselho Coordenador da Previdência e a sua Comissão Executiva — e com a gradual marginalização dos vogais sindicais nas Comissões Administrativas em relação ao tratamento de muitos assuntos importantes ao ponto de a esses elementos ser negada qualquer audiência com o secretário de Estado, Integrados no todo de uma Comissão Administrativa que a solicita, são procedimentos — lembra o Relatório — que têm um elevado preço pela contribuição que representam para a deterioração da

situação financeira, que pode pôr em risco a satisfação, a tempo, das prestações sociais de milhões de portugueses".

Insistindo na necessidade de uma cada vez mais ampla mobilização dos trabalhadores em torno destas questões, o Departamento de Segurança Social responsável pela divulgação do Relatório, acrescenta que "até para sua própria defesa como Governo saído de um partido democrático" é necessário que o Executivo "se convença, enquanto é tempo" de que "só a acção participativa dos trabalhadores, o aproveitamento consciente do seu espírito criador, é decisivo para a reestruturação e saneamento do sistema da Previdência".

O CURANDEIRO

A CGTP-IN acusa o MAS de afastar os trabalhadores dos órgãos directos de decisão, da discussão das soluções que preparem uma Previdência Social eficiente, ao mesmo tempo que se apoia "em grupos de tecnocratas para pôr em prática a sua política", o que equivale a procurar a cura de um cancro num curandeiro, enquanto a doença — acrescenta-se — pode ainda ser tratada.

"Falar-se em sistema integrado e unificado de Segurança Social — acentua o Relatório — sem redefinir os modos de financiamento do sistema e sem se institucionalizar a participação dos trabalhadores nos planos e nas acções de modificação de toda a estrutura fascista da Previdência Social ainda existente, é iludir os trabalhadores e manter o sistema de visão capitalista de segurança social, apenas com pequenas variantes, para parecer que algo mudou ou que se está a cumprir a Constituição da República Portuguesa".

Para se poder investir em sectores como a Saúde e a Segurança Social, os trabalhadores sabem que "terão de percorrer os caminhos do aumento de produtividade". Os trabalhadores organizados têm perfeita consciência disso. Mas também estão conscientes de que "a única garantia de uma redistribuição equitativa do resultado dessa produtividade é a sua participação e controlo de todos os sectores de que dependam as suas condições de vida.

"Se assim não for — recorda a CGTP-IN — voltará a acontecer o mesmo que é referido no Relatório sobre a situação financeira de 5 de Dezembro de 1976: o regime fascista, no espaço dos seus últimos dez anos, fez com que a Previdência tivesse um lucro líquido de 19 milhões de contos que utilizou da forma como muito bem entendeu, sem qualquer controlo e sem qualquer proveito para os trabalhadores.

"As vantagens da participação das organizações

dos trabalhadores na gestão e controlo de todos os sectores de que dependem as condições de vida do povo, têm vindo a ser reprimidas e sufocadas, mas se tal não estivesse a acontecer e fossem garantidas as liberdades que a Constituição consagra, colocadas realmente ao serviço da sociedade, muito se teria beneficiado nos aspectos relacionados com o saneamento financeiro da Previdência, pois os trabalhadores têm plena capacidade para — pondo em prática certos mecanismos de controlo organizado — evitarem gastos escandalosos e conseguirem que o dinheiro dos trabalhadores não sirva para ajudar a reabilitar muitos exploradores que deixam deliberadamente de enviar os valores das contribuições para a Previdência".

Depois de sublinhar que "a origem dos fundos para financiamento de qualquer sistema de Segurança Social e a forma como eles são utilizados são questões básicas para podermos conceber um sistema integrado e unificado da Segurança Social", o Relatório prossegue lembrando que "fazer incidir contribuições apenas sobre a massa salarial para cobrir despesas como a saúde e a segurança social de toda a população é perfeitamente incoerente. Daí o desfasamento cada vez mais grave das receitas e das despesas, que conduz

ver perigar a satisfação normal dos benefícios por falta de recursos financeiros".

Levantadas com o objectivo de o Movimento Sindical discutir junto de todos os trabalhadores, estas questões continuam a merecer a atenção da CGTP-IN que, ainda sobre o modo de

Sindical terá de procurar urgentemente um sistema de contribuições a reivindicar. Segundo o Relatório, esse sistema terá de favorecer "os assalariados que usufruam rendimentos mais baixos". Terão de ser estudadas "formas diferentes de obtenção de meios

MEDIDAS E RESPONSABILIDADES

Para resolução imediata da grave situação financeira, "uma vez que, por incúria da Secretaria de Estado da Segurança Social, outras acções globais e concretas não foram encetadas a tempo, ao Governo compete:

"1.º — Tomar medidas urgentes para recuperar os valores das dívidas de forma a aproximar-se do valor orçado (10,5 milhões de contos);

"2.º — Subsidiar a tempo a cobertura dos défices previsíveis de forma a evitar atrasos na satisfação das prestações sociais".

Estas são "as medidas possíveis que o Movimento Sindical aponta com efeitos imediatos e as que contribuem para evitar que sejam novamente os trabalhadores a suportar a crise com mais um aumento da taxa contributiva ou com a eventual abolição de certos benefícios".

Ao Governo — refere o Relatório da CGTP-IN — "devem ser imputadas as responsabilidades por toda a desestabilização" que porventura se verifique. O Governo "jamais terá possibilidades de controlar as situações que na Previdência contribuem para o agravamento da sua situação deficitária, enquanto não for abertamente assegurada a participação e controlo dos trabalhadores a todos os níveis".

tributação, acrescenta que ele "é profundamente injusto para os trabalhadores de fracos rendimentos", pois a percentagem de 26,5 por cento é igual para todos, quer ganhem muito, quer pouco.

"Em termos relativos — frisa o Relatório — os trabalhadores

financeiros" através do sistema fiscal.

Mas, "enquanto não for possível integrar no fisco as necessidades da Segurança Social, o Estado terá de financiar o sistema através da cobertura dos défices eventuais, ou então suportar, através de subsídios, o peso de certas prestações sociais que não encontram a devida contrapartida financeira, como, aliás, a própria Constituição prevê".

A CGTP-Intersindical Nacional já divulgou para discussão o projecto das "regras gerais de organização do Movimento Sindical na gestão e controlo da Previdência/Segurança Social e Saúde".

A introdução ao projecto assinala que "o potencial financeiro da Previdência é enorme, bastando dizer que o seu orçamento para o ano corrente é de 55 milhões de contos". Por essa e outras razões a direcção e gestão desse dinheiro dos trabalhadores não podem ser alheias à participação do Movimento Sindical, pois trata-se "de administrar da melhor forma os salários indirectos (abonos) e diferidos (pensões, reformas) que os trabalhadores descontam da mais valia que produzem.

"Também se trata de zelar — acrescenta a introdução ao Projecto — pelas condições de higiene e segurança no trabalho, de velar pela saúde dos trabalhadores e defendê-los dignamente na velhice e no desemprego".

A verba fabulosa da Previdência "só pode ser bem administrada, sem desperdícios, contribuindo para o bem-estar social e, assim, para a recuperação

económica do País, com os trabalhadores organizados nos postos de comando da gestão, em aliança com os trabalhadores dos serviços e com a participação do Estado".

Zelar pelos interesses mais autênticos de quem trabalha obriga a que a Previdência/Segurança Social se oriente "pelo princípio de redistribuição que lhe é próprio — recebe mais quem mais precisa — e cuja aplicação deve ser aperfeiçoada. A Previdência/Segurança Social é, por isso, um dos maiores factores de avanço par a sociedade socialista, meta de todos os trabalhadores".

Sessão pública na CML

ASSUMIR RESPONSABILIDADES

O camarada Silva Graça, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, eleito pela FEPU, proferiu, na sessão pública do dia 27 do corrente, no período antes da ordem do dia, uma intervenção em que aborda, de forma crítica, os aspectos gerais de um trabalho de seis meses levado a cabo por aquela autarquia.

Referindo-se, na introdução, ao facto de haver na Câmara uma maioria democrática e de esquerda, Silva Graça afirmou a necessidade de prestar contas a quem votou e elegu, sublinhando a importância do papel da imprensa na divulgação das opiniões ali expostas sobre a actividade destes primeiros meses.

Caracterizando essa actividade nos seus aspectos negativos e positivos, o camarada começou por referir-se aos primeiros, destacando a escandalosa ausência de legislação, que não pode atribuir-se à Câmara, e atribuindo-a às forças de direita que não estão interessadas no cumprimento da ordem democrática e do quadro constitucional. Contudo — disse — a CML tinha possibilidade de se organizar e de arranjar mecanismos que permitissem responder à falta de legislação.

Silva Graça continuou, afirmando que, por exemplo, a falta de mais vereadores a tempo inteiro entrega, na prática, a CML aos Serviços e Directores de Serviços, os mesmos que lá se encontravam antes das eleições. A rotina continua, pois, e a reestruturação não avança.

O mau funcionamento das Comissões e, sobretudo, a situação dos trabalhadores da Câmara, ocuparam também a atenção do vereador da FEPU. Quanto a este último problema, Silva Graça viria a afirmar:

Criou-se uma comissão para estudar a sua situação e propor soluções. É positivo. Mas toda a situação geral continua num impasse. Os problemas surgem a todo o momento. A greve dos cantoneiros de limpeza cria problemas à população de Lisboa. A falta de interesse na resolução da situação de mil e tal trabalhadores contribuiu para esta situação.

E o camarada salientou que a CML, perante um caso concreto como o dos cantoneiros, deveria ter assumido uma posição como a que foi proposta pelos vereadores da FEPU:

— Reclassificação provisória na letra G.

SALÁRIOS REAIS E DESEMPREGO

Os salários reais, isto é, aqueles que realmente contam comparados com o aumento constante do custo de vida, continuam a descer, ao mesmo tempo que os preços aumentam, segundo revela a secretaria de Estado do Planeamento (SEP) no boletim respeitante ao primeiro trimestre do ano corrente. De acordo com a mesma fonte oficial — e trata-se apenas de um exemplo — os salários médios reais da Indústria e Transportes, em Lisboa, desceram, naquele período, para um nível inferior ao de 1968.

No que respeita às principais cidades do País, os índices de preços no consumidor aumentaram, em comparação com o trimestre anterior, entre 3,9% e 11,1%. A aceleração na subida dos preços atingiu sobretudo a alimentação, vestuário e calçado combustíveis e electricidade.

Quanto ao desemprego, a SEP, de acordo com elementos fornecidos pelo Ministério do Trabalho, revela que, em Março findo, havia em Portugal 492 mil trabalhadores desempregados, incluindo 199 mil jovens em busca de um primeiro emprego.

— Esclarecimento público com um comunicado.

— Reunião com os trabalhadores do sector.

— Mobilização organizada da população através das Juntas de Freguesia e organizações populares de base territorial em estreita ligação com a Secretaria de Estado da Saúde e localmente com as Forças Armadas.

Rejeitou-se a proposta da FEPU — afirmou — que contemplava todos estes pontos e deixou-se o Governo avançar para soluções administrativas, autoritárias, com todas as consequências negativas que daí advêm. É no diálogo que se resolvem os problemas. E os trabalhadores dialogam. Ninguém se iluda: o problema dos cantoneiros de limpeza não ficou resolvido com a intervenção administrativa do Governo. Devem ser criadas condições que dignifiquem a função muito importante que estes trabalhadores exercem, devem ser reclassificados justamente e devem ser exigidas por nós, CML, melhores condições de trabalho, subsídios de risco e insalubridade, condições de segurança e higiene, seguro contra acidentes de trabalho e acompanhamento médico especial, entre outros.

Seguidamente Silva Graça continuou a expor alguns dos aspectos negativos da actividade.

Referiu-se nomeadamente à decisão tomada em relação às actas, havendo a possibilidade, actualmente, de não serem registadas as posições assumidas; quanto à habitação e urbanismo muito pouco se tem feito; existe um esvaziamento das funções das Câmaras. E, finalmente, passou a abordar os aspectos positivos.

Entre estes o vereador da FEPU

referiu-se à importância do Relatório Síntese da Comissão de Urbanismo e Transportes, com a proposta de criação de um organismo de enlace; a realização de iniciativas de carácter cultural e outras. E a concluir:

A maioria é democrática. Podemos em conjunto avançar na solução dos problemas do povo de Lisboa. Mas isso obriga a opções. Obriga ao cumprimento dos programas. Tenho confiança no Presidente para corrigir os erros cometidos, e não deixar uma grande sensação de frustração — mais uma a juntar a tantas — ao povo da capital que deu o seu voto, com uma cizânia muito grande, à esquerda, ao PS e à FEPU. O povo da capital exige que saibamos assumir as nossas responsabilidades e actuar com firmeza na resolução dos seus grandes problemas — Habitação, Transportes, Trânsito, Saneamento Básico, Acção Cultural, Equipamentos Colectivos, Saúde, Educação, etc..

PEIXE AO MAR UM CRIME CAPITALISTA

A lógica do sistema capitalista não perdoa. Daí os crimes contra o povo que os seus seguidores cometem. Desta vez, em Peniche, foram delatadas os mae cerca de 120 mil toneladas de chicharro, por causa dos intermediários.

"O povo continua a comprar o chicharro a alto preço e nós não estamos dispostos a vendê-lo aos intermediários, como temos feito, a cerca de 3 escudos por quilo", afirma um elemento do Sindicato dos Pescadores de Peniche.

Num País com carências de toda a espécie, é inaceitável que um grupo de especuladores, que enriquecem à custa da miséria, consigam, três anos depois de Abril, Impor a sua lei no mercado do peixe.

É preciso pôr cobro a estes atentados. Que fazem as autoridades? Que faz o Governo?

É POSSÍVEL SAIR DA CRISE ?

Os trabalhadores dizem como

só em carne, leite e crias seria possível em 2 anos aumentar a produção pecuária em mais de 5 milhões de contos.

pelo aumento da produção nacional, seria possível substituir importações no valor de 17 milhões de contos.

por redução drástica das importações supérfluas, de luxo e não essenciais, poupar 11 milhões de contos de divisas.

em dois anos, a produção agrícola e pecuária do País poderia aumentar mais de 10 milhões de contos.

é possível a redução rápida do défice da balança de pagamentos em perto de 28 milhões de contos.

CDL — DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1

Desejo receber..... exemplares do livro

Para o respectivo pagamento envio Esc.\$00

em cheque n.º...../vale do correio

n.º..... sobre, banco/ estação do correio

Nome.....

Morada.....

Localidade.....

• Uma saída para as actuais dificuldades económicas e financeiras

• Uma alternativa democrática para a política actual, e para o governo actual

CDL a distribuição

edições Avante!

A SAÍDA DA CRISE

TEXTOS DA COMISSÃO NACIONAL DO PCP PARA A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

1977

256 págs. 60\$00

O EXPANSIONISMO SIONISTA UMA POLÍTICA SEM FUTURO

As declarações alternadas, de guerra e de "paz", de Begin, Dayan e C. — a clique terrorista que hoje governa Israel —, os contactos com a Casa Branca, os novos fornecimentos de armas a Telaviv, em nome da famosa "consciência moral" de Carter, são uma boa amostra do que é a política internacional do imperialismo, de como essa política se concretiza através das suas pontas de lança nas diversas regiões do mundo.

Nos últimos anos, o poder executivo dos Estados Unidos, e em particular o governo de Carter, tem-se declarado com insistência partidário da paz, partidário de uma solução pacífica para o problema do Médio Oriente. A seu tempo, Kissinger esforçou-se mesmo por surgir, em terras árabes, como o arauto único ou preferencial, de uma solução justa e pacífica. Então os esforços dirigiram-se no sentido de obter uma pseudo-solução, apoiada por um determinado conjunto de países árabes. Isso só poderia

ser obtido destruindo a unidade árabe em torno de objectivos progressistas, afastando da União Soviética, dos outros países socialistas, das forças progressistas mundiais, alguns países árabes com peso político, criando uma falsa unidade, agora em torno de objectivos que mais se coadunam com os interesses do capital, de preferência construindo-se uma aliança em que o peso determinante pertencesse aos dólares e ao petróleo da Arábia Saudita e das monarquias árabes. Estes esforços deram alguns frutos, a seu tempo, e ainda hoje se reflectem na realidade actual do Médio Oriente.

Com Carter — beatificamente apresentado como paladino da paz e da moral — acentuou-se francamente o carácter provocatório da política mundial do imperialismo. Mas mantém-se o esforço para surgir desligado de quaisquer intenções bélicas.

Assim, Begin é recebido por

Carter (como Dayan o será em Agosto), para coordenação da política americano-israelita sobre a convocação da Conferência de Genebra sobre o Médio Oriente. Intenções intocáveis, como se nota.

E, entretanto, é recomendada por Carter a venda a Israel de mísseis e veículos militares no valor de cerca de 115 milhões de dólares a um país fortemente militarizado, que conta com um número de blindados equivalente a metade dos da NATO e uma força aérea equivalente à soma da francesa e da britânica.

E, entretanto, não passa de um voto piedoso falar-se na convocação da Conferência de Genebra, excluindo-se dos seus trabalhos os únicos legítimos representantes dos palestinos, os mais atingidos pela política de Israel, firmes garantes de uma solução justa para o problema do Médio Oriente.

Que se discute então em Washington?

No seu primeiro discurso

como chefe do governo, Begin afirmou: "A preocupação fundamental do meu Gabinete será evitar uma nova guerra." Immediatamente a seguir — e confirmando as primeiras declarações após a sua eleição — Begin expôs ao Knesset (parlamento) as suas velhas e famosas teses sobre a anexação de territórios árabes ocupados ("libertados", segundo as suas palavras!), lançando simultaneamente a proposta de um encontro com dirigentes dos Estados árabes.

A evidente intenção da clique de Begin é lançar-se em novas aventuras bélicas. Mas nem Begin, nem Dayan — terroristas profissionais — o podem hoje declarar abertamente. O plano é reforçar as posições do capital na zona, por qualquer meio. Ou pela força das armas, avançando com propostas inaceitáveis à mesa de negociações, e acusando depois os povos árabes de terem torpedeado as hipóteses de paz, ou não aceitar tais propostas. Ou reunindo as forças da reacção e as forças conservadoras árabes, e impondo dessa forma uma solução negociada, contra os legítimos interesses das massas trabalhadoras árabes, dos povos árabes, dos palestinos — com uma fachada de justiça e de legalidade.

É isto que se discute em Washington. Os fornecimentos reforçados de armas atestam da falta de confiança nas possibilidades de êxito da segunda hipótese. A vida justifica tais receios.

A política de Begin não tem futuro. A subida ao poder, em Israel, de um governo terrorista, é um estímulo à unidade árabe em torno de objectivos progressistas. A isso conduzem os justificados receios de provocações militares. Os acontecimentos em Israel estão a ser seguidos com muita atenção por todos os países árabes. Begin pode falar de paz, mas ninguém, por todo o Médio Oriente, desconhece o seu verdadeiro rosto — a política de chantagem demagógica não dará resultado. Para os árabes, o inimigo está ali, e não é possível vesti-lo à pressa de amigo, ou simplesmente de adversário bem intencionado.

A vigilância impõe-se e faz parte do quotidiano. Se essa vigilância comum se tornar unidade pelos verdadeiros objectivos dos povos árabes, um grande passo em frente será dado e as provocações de Israel não frutificarão. Por outro lado, Begin não está bem seguro nas cadeiras do poder, em Israel. A extrema direita fracassou nos seus esforços para formar uma ampla coligação governamental, o que não deixa de ser significativo. Os próprios resultados eleitorais, se reflectem o peso da propaganda oficial na sociedade israelita, a ideia de que a única solução para os problemas de Israel é o expansionismo defendido e praticado pelos sionistas, reflectem também o descontentamento pelo agravamento constante das condições de vida das massas populares (no último ano, os preços dos artigos de primeira necessidade aumentaram em 40%, os impostos engolem mais de um terço dos salários). E é preciso não esquecer que o movimento grevista se amplia — oficialmente, durante os nove primeiros meses de 76, 250 000 dias de trabalho foram paralisados pelas greves, contra 124 000 no mesmo período do ano anterior. É preciso não ignorar que o bloco formado pelos comunistas e por outras organizações progressistas recolheu bastantes mais votos que nas eleições anteriores. Quando a grande maioria de israelitas, desiludida e desesperada, aprender que o futuro está na esquerda, nunca na direita, nenhum Begin, nenhum Dayan, poderá continuar a apostar na monstruosa mistificação do expansionismo.

A batalha da unidade das forças progressistas árabes, a batalha de comunistas e de todos os seus aliados em Israel — com o apoio das forças progressistas mundiais — abriu o caminho à verdadeira e justa solução dos problemas do Médio Oriente. O tempo trabalha a favor das forças progressistas. Entretanto, vivem-se momentos complexos e perigosos, impõe-se uma extrema vigilância, um grande esforço de unidade, uma resposta adequada aos visíveis esforços de guerra por parte de Israel, para que uma nova invasão, uma nova matança, não seja possível, e os caminhos da paz justa sejam preservados. Só assim as manobras do imperialismo não passarão.



ALARGA-SE A LUTA DOS TRABALHADORES NOS PAÍSES CAPITALISTAS

Da análise feita, em Bruxelas, pelos partidos comunistas dos países capitalistas, destaca-se a agudização da crise do capital, o recrudescimento da luta dos trabalhadores. Alguns dados actuais demonstram claramente esse facto.

Alarga-se a unidade em Itália

Na Itália, também a crise se agrava, contabilizando-se mais de 1 milhão de desempregados. Face a esta situação alarga-se a unidade dos trabalhadores, que realizaram várias greves nacionais nos últimos anos, com participação quase total

A solidariedade de classe na Alemanha

De há três anos para cá, o número de desempregados na RFA mantém-se num nível elevado: mais de 1 milhão de trabalhadores, dos quais 13 000 com cursos superiores. O desemprego atinge sobretudo a região industrial do Ruhr: mais de 115 000 pessoas.

A cidade de Speyer foi palco de luta aguda. Durante um ano, mil trabalhadores da filial da companhia aeronáutica «VFW» (de capitais holandeses e alemães) lutaram contra o encerramento da empresa, contando com o apoio da população da cidade. A administração da companhia acabou por ceder, renunciando ao encerramento

Em França reforça-se a luta popular

Em Março do ano corrente assistiu-se a uma agudização dos conflitos sociais em França. Segundo os dados da CGT, realizaram-se apenas neste mês 413 greves em 40 departamentos do país. O sector metalúrgico (onde o patronato tem reduzido a produção, encerrado empresas e efectuado despedimentos massivos) foi o mais afectado: 176 greves.



EM PARIS COMO EM BELGRADO IMPÕE-SE UMA PAZ DIFÍCIL

Os encontros entre dirigentes dos países socialistas e dos países capitalistas, fazem hoje parte do dia-a-dia da vida política internacional. A sua intensificação — para debate de todos os problemas respeitantes às relações internacionais ou bilaterais — é uma das resoluções de Helsínquia, insere-se numa política de desanuviamento, com que tendem a esbater-se os perigos de confrontos armados e a batalha entre os dois sistemas opostos se desloca para a esfera da economia e do confronto ideológico. Isto naturalmente não que respeita às relações internacionais e não às formas de luta das forças revolucionárias contra o capital, em cada país.

A visita de Brejnev a França insere-se justamente nesta prática de contactos entre países com sistemas sociais opostos — condição indispensável para evitar a guerra e consolidar um novo tipo de relações internacionais, um novo e mais saudável clima mundial.

Para além de um debate sobre relações económicas

e culturais entre os dois países, as conversações do camarada Leonid Brejnev, presidente do Soviète Supremo da URSS, com o presidente francês, versaram sobretudo os problemas respeitantes ao desanuviamento. Foram sublinhados aspectos tão importantes como a determinação dos países de agir no sentido da aplicação de todas as cláusulas da Acta final de Helsínquia, e a sua convicção de que a única maneira prática de abordar estes problemas, a única que permitirá evitar confrontações nucleares, consiste no evoluir do desanuviamento político para um desanuviamento militar, pondo fim à corrida aos armamentos.

As conversações entre o camarada Leonid Brejnev e Giscard d'Estaing realizaram-se num momento em que decorrem os trabalhos preparatórios da Conferência de Belgrado. O que se debate em Belgrado, como o que se falou em Paris, inscreve-se numa mesma linha de defesa da paz, e tem, naturalmente, os mesmos detritores. Gente saudosista de um passado de guerra-fria, o campo ideal para

manobras do imperialismo, gente manobrada por esses mesmos saudosistas, que escreve, com palavras de esquerda, pelas mesmas linhas da direita.

Foram grupos da extrema-direita, e grupos esquerdistas e maolistas, que tentaram provocar distúrbios pelas ruas de Paris de protesto contra o encontro de Brejnev com o presidente francês, na realidade de ataque contra a própria prática do desanuviamento, de ataque contra a União Soviética, contra o socialismo. Foram os jornais «pluralistas», como a imprensa de direita, como a pseudo-esquerda, que deu cobertura e descabido destaque às manifestações de arruaceiros.

A nível internacional, os ataques e advertências vieram, como seria de esperar, da China que, paralelamente, ataca o desanuviamento e o desarmamento, com os mesmos argumentos da propaganda imperialista: o «perigo russo», a «ameaça» à Europa, os pretensos preparativos de guerra por parte da União Soviética.

Enquanto isso, na reunião preparatória de Belgrado, persiste-se nos esforços para sabotar os trabalhos, transformar Belgrado, de conferência construtiva para a paz, em praça de calúnias.

Em Paris, como em Belgrado, fica mais uma vez patente quem defende e quem ataca, na prática, a coexistência pacífica, o futuro de paz indispensável. A clara unidade contra a direita e a teoria e prática maolista ou de grupos esquerdistas. Só não o vê quem lhe quer fechar os olhos.

Mas também em Paris, apesar das dificuldades e naturalmente das opiniões contraditórias — e é a isso mesmo que se chama coexistência pacífica, não à anulação absurda ou oportunista do confronto de classes — ficou mais uma vez provado que a prática de coexistência se enraíza e é possível continuar a dar passos positivos. Que nenhuma resistência pode gorar esforços a que se somam cada vez maior número de vontades em todo o mundo. Belgrado confirmará esta verdade.

SOLIDARIEDADE COM O POVO DE CHIPRE!

Três anos passados sobre os trágicos acontecimentos ocorridos em Chipre, desde que o imperialismo promoveu a invasão por parte da Turquia daquele território, desde o golpe de Estado da Junta grega, hoje derrubada, três anos passados e apesar das sucessivas resoluções da ONU, 40 por cento do território de Chipre continua ocupado por tropas turcas.

O drama dos povos de Chipre — gregos e turcos — continua. E continuam as intrigas do imperialismo para partilhar a ilha e integrá-la numa base militar voltada contra os povos da região. Continua portanto a luta do povo de Chipre que exige a retirada de todas as tropas estrangeiras e uma solução justa e pacífica que possa vir a assegurar a independência, a soberania, a integridade territorial e o não-alinhamento de Chipre.

O Comité Internacional de Solidariedade com Chipre promove, de 15 a 20 de Julho, uma Semana Internacional de Solidariedade com Chipre, para a qual convocam as forças progressistas e amantes da paz de todo o mundo.

Assim, em 16 e 17 de Julho, em Chipre, desenrolar-se-á um Encontro do Comité Internacional de Solidariedade. Espera-se a participação de delegados de vários comités e organizações empenhados na solidariedade com Chipre. De 18 a 20 de Julho haverá um Simpósio Internacional de Jornalistas sobre Chipre em que participarão jornalistas de diversos países.

O QUE É FASCISMO E DEMOCRACIA PARA O PRESIDENTE DO URUGUAI

O Urugual é um bom exemplo do que significa o fascismo, do que significa o poder do capital sem máscara. Muito (nunca o suficiente) se tem falado da prática sistemática da tortura, do requinte que ela atinge nos calabouços dos «Infernos».

Pouco se refere, entretanto, o cinema da polícia oficial, coadunando-se aliás intimamente com tal prática repressiva. É desse cinema arvorado em política que hoje damos um exemplo elucidativo.

No dia 21 de Maio, em Paysandú, o presidente do Urugual, Aparicio Mendez, deu uma conferência de imprensa — melhor dizendo, optou por um prolongado monólogo — que teve o mérito de unir contra ele o país inteiro, excluindo naturalmente aqueles cujos interesses são tão bem

defendidos pelo seu regime (de momento, claro está). Disse Aparicio Mendez no seu monólogo:

«Se cometêssemos o erro de deixar reavivar a actividade política partidária e de convocar eleições, em breve recaríamos no caos de que saímos».

«Agora estamos ocupados por preocupações muito mais importantes do que as de uma eleição ou do estudo do articulado constitucional... Pergunto a mil próprio que importância têm uma eleição para cinco ou quatro anos e mais... Não haverá reforma constitucional».

«Deve ser revista a fórmula tradicional do sufrágio directo».

«Os homens de bem não reciam a... direitos humanos».

«Temos a legitimidade de ser um governo imposto».

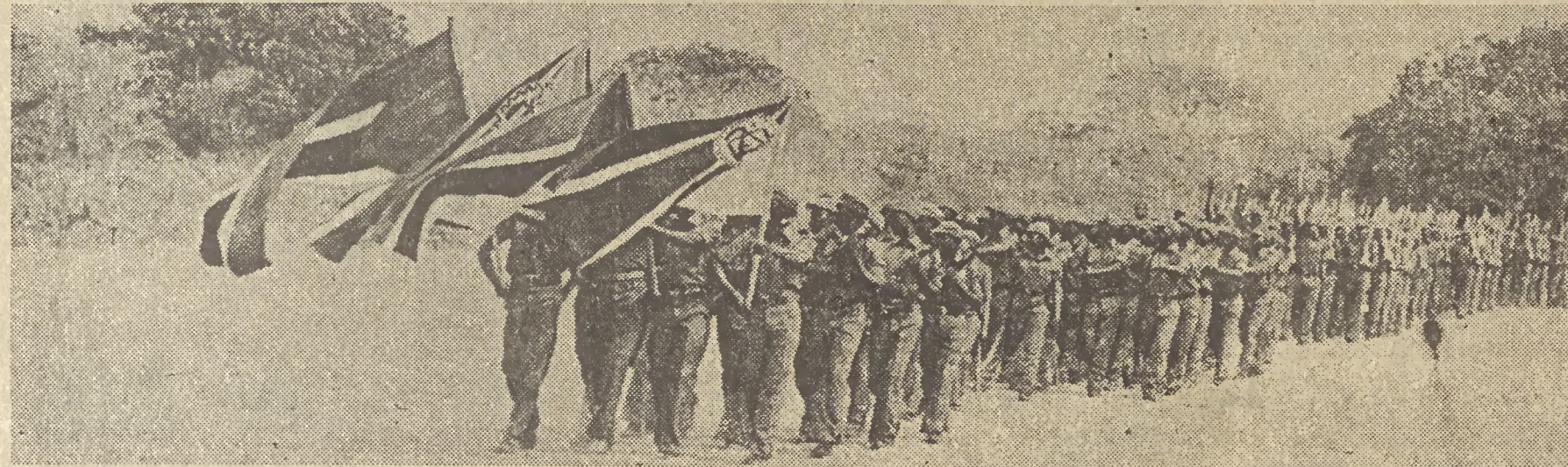
«Num recente inquérito de Gallup ficou estabelecido que 63% da população do país é indiferente aos problemas políticos. Restam 37%. Sabemos que esses 37% são constituídos pelos comunistas, pelos elementos da oposição, pelos políticos que perderam os seus cargos».

«O governo é autêntica e organicamente democrático. E se não praticamos a democracia... é porque não estão criadas condições para o fazer».

O que o presidente do Urugual disse é o que o fascismo de facto representa, mesmo quando surge enroupado de liberdades, democracia e até... de direitos humanos. Palavras muito esclarecedoras que convém nunca esquecer.



MOÇAMBIQUE: 25 DE JUNHO A FESTA DA LIBERDADE



No dia 25 de Junho comemorou-se, por toda a República Popular de Moçambique, de Rovuma ao Maputo, o 2.º aniversário da proclamação da independência do país e o 15.º aniversário da fundação da FRELIMO.

Uma comemoração que envolve dois factos históricos que, para o povo de Moçambique, são sinónimos de libertação. Dois factos estreitamente interligados,

pois sem a FRELIMO não seria possível a independência e a reconstrução do país numa perspectiva socialista, porque a FRELIMO surgiu como uma necessidade imperiosa para que a independência, para que a libertação, pudessem ser uma realidade.

As comemorações do 2.º aniversário da independência, foram fundamentalmente uma grande festa, uma grande festa popular, de regozijo pelas vitórias já alcançadas, de confiança justificada num futuro melhor. Mas foram também uma jornada de luta, de análise e clarificação de problemas, de unificação de esforços para enfrentar o peso do atraso secular imposto pelo colonialismo, e particularmente a forma multifacetada e sistemática como o imperialismo tem vindo a desferir os seus ataques contra o povo moçambicano e, de uma forma geral, contra todos os países da «primeira linha».

No decurso das manifestações de regozijo, camaradas da direcção da FRELIMO, em particular o presidente Samora Machel,

a redobrar de audácia, passando das provocações ao longo da fronteira para os ataques profundos e devastadores contra as populações, meios de comunicação e outras instalações civis, nomeadamente escolas e hospitais. Poucos dias antes do dia 19 — a aldeia de Chico, a noroeste de Tete, foi atacada por aviões e artilharia. Não se verificou um genocídio porque a população tinha sido anteriormente evacuada face aos constantes voos de reconhecimento de aparelhos rodados na região. Mas o saldo de mortos é já extremamente elevado. Como denunciou o camarada Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, na reunião do Conselho Ministerial da Organização de Unidade Africana, a República Popular de Moçambique foi atacada, nos últimos 15 meses, 140 vezes, tendo resultado desses ataques o assassinato de cerca de 2800 pessoas. Paralelamente à agressão armada, a subversão

forças ao serviço do imperialismo — o desespero assim obtido. Dentro de uma justa política de progressiva socialização de toda a economia, e para fazer face a esta prática de subversão económica, o povo de Moçambique tem vindo a substituir o sistema capitalista de distribuição por estruturas cooperativas, o que permitirá um melhor abastecimento de toda a população e irá manietar as mãos criminosas que hoje, como ontem, recorrem à fome dos trabalhadores para defender os interesses do capital.

Festa da unidade do povo de Moçambique em torno da FRELIMO, em torno dos objectivos de paz, liquidação total da herança colonialista, de construção de uma nova sociedade progressista, de um Estado de operários e camponeses, o 25 de Junho contribuiu também para o reforço dessa unidade, para o reforço da consciência dos problemas a enfrentar e da corma como os enfrentar. A despeito das manobras do



As vitórias dos novos países africanos são também vitórias do novo Portugal democrático. Na foto, da esquerda para a direita, Manuel Pinto da Costa, Samora Machel, Agostinho Neto e Aristides Pereira

destacaram a necessidade de fazer frente a esses ataques, e denunciaram a utilização simultânea, pelo inimigo, da subversão económica e da agressão militar.

A agressão — a arma utilizada pelo imperialismo contra Moçambique — visa, simultaneamente, pôr em perigo as conquistas revolucionárias do povo moçambicano, e tentar o absurdo de uma suspensão do auxílio à justa luta do povo do Zimbábue. As forças agressoras têm vindo

económica constitui também uma arma importante, que o imperialismo é exímio em manejar. Portugal revolucionário sabe bem o que isso significa. Os divisionistas, em Angola, também a utilizaram, tentando fazer da fome um trunfo contra o MPLA. Em Moçambique, o imperialismo visa, igualmente, gerar descontentamento popular, para poder reunir contra a FRELIMO — como sendo sua a política de fome fomentada pela acção das

imperialistas, Moçambique defenderá as suas conquistas e dará novos passos em frente. As constantes agressões da Rodésia, não só serão inoperantes para fazer recuar o curso do processo revolucionário no país, como para a substituição da República Popular de Moçambique da sua tarefa histórica de firme apoio dos que em África continuam a lutar pela libertação, contra o «apartheid», contra todas as formas de racismo e colonialismo.



JORNADAS COMEMORATIVAS DO 2.º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA RPM

Várias iniciativas integradas na Semana da Cultura Moçambicana, jornada de cooperação, intercâmbio e solidariedade que decorreu entre os passados dias 20 e 25, assinalaram no nosso país o 2.º aniversário da proclamação da República Popular de Moçambique e o 15.º aniversário da fundação da FRELIMO.

A Semana, que contribuiu para o reforço dos laços de amizade existentes entre os povos irmãos de Portugal e Moçambique e para o desenvolvimento das relações entre os dois Estados, resultou de um acordo estabelecido entre o Governo daquele jovem país africano e a Associação Portugal-Moçambique, tendo ainda recebido o apoio oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Câmara Municipal de Lisboa.

Entre outras personalidades, constituíram a Comissão de Honra da Semana António Galhorda, António Silva Graça, Aquilino Ribeiro, Armando Castro, Carlos Candal, Carlos Costa, Eurico Figueiredo, Fernando Piteira Santos, Rui Luís Gomes, Fernando Lopes Graça, João de Freitas Branco, Luís Francisco Rebelo, Maria Velho da Costa, Mário Ruivo, Pedro Borges e Rui Grácio.

Além de uma sessão solene de abertura — a que esteve presente o camarada Sérgio Vieira, do Comité Central da FRELIMO, que se deslocou a Lisboa para tomar parte nos trabalhos da Conferência Mundial contra o Apartheid — de uma exposição sobre arte e cultura moçambicanas, sessões de cinema e um colóquio, a Semana promoveu, no passado dia 25, data do 2.º aniversário da independência da RPM, no Teatro S. Luís, em Lisboa, uma sessão pública de encerramento, em que participaram centenas de pessoas, que encheram por completo a sala.

Presentes na mesa José Rui Amaral, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique; Aquilino Ribeiro Machado, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Silva Graça-José António Gonçalves, o pintor Vespela e Pedro Borges; da Associação; o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido; Eurico Figueiredo, da Comissão Directiva do Partido Socialista; e ainda o prof. Rui Luís Gomes, Luís Francisco Rebelo, Piteira Santos, Mário Murteira, Rui Grácio e António Galhorda.

O Conselho da Revolução esteve representado por Vítor Crespo e Martins Guerreiro.

N a assistência encontrava-se, entre outras destacadas personalidades, o general Vasco Gonçalves.

A abrir a sessão, que foi caracterizada por um ambiente de entusiasmo e de activa solidariedade para com o povo de Moçambique, falou Silva Graça que, a dado passo da sua intervenção, afirmou: Podemos-nos orgulhar — nós e os povos que se libertaram do colonialismo português — de termos dado, em estreita aliança, um contributo muito importante para a liquidação do imperialismo e para a consolidação e fortalecimento das forças do progresso, da paz, da democracia e do socialismo.

Ao anunciar para breve a realização em Moçambique da Semana da Cultura

Portuguesa, o camarada Silva Graça salientou que esta jornada de intercâmbio e solidariedade reforçará ainda mais os laços de amizade e cooperação entre os povos de Portugal e de Moçambique, e contribuirá para a melhoria gradual das relações entre os dois Estados.

Sobre este aspecto, acrescentou que a nomeação, por parte do Governo moçambicano, de um embaixador para Lisboa — o camarada Armando Panguene — mostra bem como a RPM está firmemente interessada em desenvolver os laços de amizade entre os nossos países e a cooperação em todos os domínios: económico, científico, técnico e cultural.

De salientar, a propósito, as afirmações proferidas recentemente pelo ministro do Desenvolvimento e Planificação Económica da RPM, camarada Marcelino dos Santos:

Estamos dispostos a fazer tudo para que haja boas relações entre Portugal e Moçambique. Da parte da RPM existe clareza de acção e de vontade para o estreitamento de relações com Portugal.

AS TAREFAS DO POVO MOÇAMBICANO

Calorosamente aplaudido pela assistência, o camarada José Rui Amaral abriu a sua intervenção sublinhando que a nossa presença aqui não é ocasional, porque traduz a concretização da amizade e solidariedade do povo português e moçambicano, que tem vindo a demonstrar-se desde os longos anos de luta contra o fascismo e o colonialismo.

Detendo-se em particular na definição das grandes tarefas que se colocam ao povo moçambicano — na concretização das directivas apontadas pelo III Congresso da FRELIMO, o camarada Rui Amaral salientou que a conquista do poder económico é o objectivo essencial das massas trabalhadoras de Moçambique, tendo referido mais adiante que a FRELIMO e a RPM constatarem que para esta tarefa ser levada a cabo com sucesso e de modo a corresponder aos interesses do povo, devia ser criado um partido de vanguarda guiado pelos princípios da ciência do marxismo-leninismo.

Depois de recordar que o Partido nasceu no III Congresso da FRELIMO, que decorreu entre 3 e 7 de Fevereiro do presente ano, Rui Amaral referiu-se às grandes linhas de desenvolvimento económico e social nesta fase de construção da base material para a passagem ao socialismo: promover a socialização crescente da agricultura e lançar as bases para a industrialização; desenvolver a indústria pesada; fortalecer e consolidar o papel dirigente do Estado na economia; orientar o processo de desenvolvimento através da planificação económica global; formar uma classe operária poderosa que, organizada e dirigida pelo seu partido de vanguarda, assumirá a direcção da sociedade.

Tal como apontou o camarada Rui Amaral, estas tarefas sucedem-se às grandes conquistas já alcançadas pelo povo moçambicano no decorrer de dois anos de independência. A concluir, afirmou que para alcançar as metas definidas, nós, embora contando com as nossas próprias forças, teremos que contar com o apoio e a amizade de todos os povos e forças progressistas do mundo.

Esta solidariedade foi durante todo o período da luta de libertação nacional um factor decisivo para a nossa vitória, e por isso o m p re e e n d e m o s profundamente o significado do internacionalismo militante que hoje e aqui o povo português, com o calor com que coleira a nossa independência, demonstra possuir.

A sessão incluiu ainda um Canto Livre, com poesia e canto revolucionário, no qual participaram os nossos camaradas Luís Cília, Joaquim Pessoa, Carlos Mendes e José Barata Moura.

NO PORTO

Entretanto, também na noite de sábado decorreu no Porto, na Escola Superior de Belas-Artes, uma sessão comemorativa da efeméride, presidida pelo professor e historiador Victor de Sá, que dirigiu uma mensagem de felicitação e de solidariedade ao povo moçambicano, na qual se sublinha:

A libertação e a independência do povo moçambicano, como dos outros povos colonizados, representa para Portugal um importante passo para a nossa libertação e para a afirmação da nossa própria individualidade nacional.

Nesta mensagem, aprovada pela numerosa assistência que esteve presente na sessão, refere-se que a exploração colonial foi causa do sofrimento e da opressão do povo português e do atraso das suas estruturas económicas. Quanto mais roubavam aos povos colonizados, os grandes exploradores colonialistas mais força adquiriam para colonizar o próprio povo português, sujeitando-o, nomeadamente, à exploração das potências imperialistas.

No decorrer da sessão usaram da palavra representantes do MPLA, da Pró-Associação de Naturais da Guiné-Bissau e Cabo Verde, da Associação de Amizade Portugal-USSR, da Associação Portugal-Moçambique, e ainda Armando Castro, sócio honorário desta associação. Foram também lidos telegramas de saudação enviados pelos militantes antifascistas Rui Luís Gomes, Vignília Moura e Óscar Lopes, que não puderam estar presentes.

Esta jornada, que se saldou numa significativa e vibrante afirmação de solidariedade e apoio ao povo moçambicano e à sua vanguarda revolucionária — a FRELIMO, foi encerrada com a projecção de um filme sobre a luta de guerrilha travada pelos patriotas moçambicanos nos distritos de Cabo Delgado, Niassa e Tete, em 1972.

A convite do PCP

DELEGAÇÃO DO POUP VISITA PORTUGAL

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 20 a 27 de Junho, uma delegação do Partido Operário Unificado Polaco, que se deslocou ao nosso país em visita de estudo sobre problemas de trabalho de organização.

A delegação do POUP era dirigida pelo camarada Krystyn Dabrowa, membro do Comité Central e chefe da Secção de Organização do CC, e integrada pelos camaradas Stanislaw Marszał, chefe-adjunto da Secção de Quadros do CC, Josef Szankowski, secretário do Comité de Província em Wlodek, Zbigniew Chrupak, primeiro secretário de célula do POUP na Universidade de Varsóvia e colaborador do Instituto de Problemas Básicos de Marxismo-Leninismo, e Andrzej Sudol, membro da Secção Internacional do CC do POUP.

Esta delegação teve conversações com uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Blauque Teixeira, membro da Comissão Política do CC do PCP, e de que faziam ainda parte os camaradas Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional, Maria Cidreira e Augusto Sousa, membros do Comité Central. A delegação foi

recebida no Comité Central do PCP pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

Em contacto com vários aspectos da realidade portuguesa, a delegação do POUP visitou a Siderurgia Nacional, a Unidade Colectiva de Produção "Casabres" e teve uma troca de impressões com uma delegada da DORS, dirigida pelo camarada Américo Leal.

A delegação teve ainda um encontro com o Secretariado da DORL e com o sector intelectual desta organização do PCP.

Em visita ao Porto, a delegação foi recebida por uma delegação dirigida pelo camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

A visita desta delegação de estudo decorreu num ambiente de franca amizade e camaradagem. A troca de experiências contribuiu para o reforço das relações de amizade, cooperação e solidariedade recíproca existentes entre o Partido Operário Unificado Polaco e o Partido Comunista Português.

Lisboa, 25 de Junho de 1977

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

MENSAGEM DO PCP

Pela passagem, no dia 25 de Junho, do 15.º aniversário da FRELIMO e 2.º aniversário da República Popular de Moçambique, o CC do PCP enviou ao CC da FRELIMO a seguinte mensagem:

Queridos camaradas, Por ocasião do 2.º aniversário da proclamação da independência da República Popular de Moçambique e 15.º aniversário da fundação da FRELIMO, enviamos ao camarada Presidente Samora Machel, ao Comité Central da FRELIMO e, por seu intermédio, ao povo de Moçambique, as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

É com a profunda alegria de um partido que se orgulha de sempre ter apoiado a heróica luta do povo moçambicano irmão, conduzido pela sua vanguarda revolucionária, a FRELIMO, que hoje saudamos a consolidação da Independência da RPM, as profundas transformações económicas e sociais operadas nestes dois anos de poder popular, as nacionalizações de sectores chave da indústria e da terra, as vitórias alcançadas no campo da saúde, da instrução e da cultura, a destruição do aparelho de Estado colonial-fascista e a edificação do Estado de operários e camponeses.

A conquista da independência e a edificação em Moçambique de uma nova sociedade progressista, claramente orientada para a liquidação de todas as formas de opressão e exploração, para o socialismo, é um factor da mais alta importância para a África e para o mundo. Com o triunfo da revolução em Moçambique e em Angola, o imperialismo sofreu um rude golpe, a correlação de forças na África Austral modificou-se radicalmente a favor das forças da paz, da democracia, do progresso social e do socialismo, criaram-se condições mais favoráveis para pôr fim ao racismo, ao colonialismo, ao apartheid, no Zimbábue, Namíbia e África do Sul.

A República Popular de Moçambique ganhou um grande prestígio internacional e é hoje retaguarda segura e exemplo para os povos mártires da África Austral que lutam pela liberdade e independência nacional, contra o apartheid, o racismo e o colonialismo.

O imperialismo não se conforma com as derrotas sofridas na África Austral e multiplica as manobras, provocações, ingerências e agressões, contra os países da "linha da frente", na esperança vã de reconquistar as posições perdidas. Perante a escalada das criminosas agressões armadas praticadas pelo regime fantoche de Ian Smith, contra a República Popular de Moçambique, recentemente denunciada na declaração do camarada Presidente Samora Machel à Nação moçambicana e à Comunidade Internacional, queremos assegurar-vos a inteira solidariedade de combate dos comunistas, da classe operária, das forças progressistas de Portugal.

Estamos certos, queridos camaradas, que apesar de todas as agressões, o povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO, defenderá a sua Pátria livre e soberana e rechaçará os ataques dos racistas da Rodésia.

Desejamo-vos, queridos camaradas, os maiores êxitos na concretização das decisões históricas do III Congresso da FRELIMO.

Sempre e sempre poderéis contar com o apoio militante do PCP à vossa luta pelo progresso social, a democracia popular e o socialismo.

O PCP tudo fará para que se reforcem os múltiplos laços de amizade e cooperação entre os nossos dois povos.

Como sempre temos defendido, continuaremos a defender o estabelecimento de boas relações entre Portugal e a República Popular de Moçambique, baseadas nos princípios da igualdade, do respeito pelos interesses mútuos, da não-ingrência dos assuntos internos e do respeito pela soberania.

O PCP tudo fará para que as fraternais relações de amizade e solidariedade internacionalista existentes entre os nossos dois Partidos se desenvolvam ainda mais, no interesse dos nossos dois povos e do movimento revolucionário internacional.

Viva o 15.º aniversário da FRELIMO!
Viva o 2.º ano da Independência da RPM!
Viva a amizade entre o povo português e o povo moçambicano!
Viva a amizade entre o PCP e a FRELIMO!

O Comité Central do Partido Comunista Português
Lisboa, 24 de Junho de 1977.